



Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A e Controladas

Dezembro 2025

Relatório da Administração

Em conformidade com as disposições legais, a Administração do Banco BTG Pactual S.A. (Banco ou BTG) submete à apreciação as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board – IASB*, atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras e operacionais do Grupo BTG, revisadas pelos auditores independentes.

Desempenho do BTG Pactual

O ativo do Banco terminou o período em R\$ 809.301.519, um aumento de 24,66% em relação aos R\$ 649.183.312 registrados no ano de 2024.

O patrimônio líquido terminou o período em R\$ 80.293.552, um aumento de 21,96% em relação aos R\$ 65.838.406 registrados no ano de 2024.

O lucro líquido contábil foi de R\$ 16.663.803 no exercício de 2025, um aumento de 50,53% em relação aos R\$ 11.069.908 registrados no mesmo período de 2024.

O resultado líquido com instrumentos financeiros foi de R\$ 34.546.920 no exercício de 2025, um aumento de 37,95% em relação aos R\$ 25.043.482 registrados no mesmo período de 2024.

As despesas operacionais foram de R\$ 25.071.486 no exercício de 2025, um aumento de 18,34% em relação aos R\$ 21.186.133 registrados no mesmo período de 2024.

Composição Acionária e Política de Dividendos

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.670.063.466 ações (31 de dezembro de 2024 – 11.506.119.928), sendo 7.298.813.414 ações ordinárias (31 de dezembro de 2024 – 7.244.165.568), 2.973.824.692 ações preferenciais classe A (31 de dezembro de 2024 – 2.864.529.000) e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B (31 de dezembro de 2024 – 1.397.425.360), todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias propiciam aos respectivos detentores o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral do Banco e participarão, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

Os titulares das ações preferenciais Classe A e B têm direito a voto restrito, mas terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de lucros.

As ações preferenciais Classe A conferem aos respectivos detentores o direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou do Banco, sem a necessidade de deliberação e de reunião de conselho ou de acionistas, desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pelo Banco, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista que a converter seja a BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão, a BTG Pactual Holding S.A. (ou a sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de

reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais de 50% das ações ordinárias de emissão do Banco e (iii) seja sempre observado o acordo de acionistas do Banco. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que (i) o Banco seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o Acordo de Acionistas do Banco. As ações preferenciais Classe B têm direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de eventual alienação de controle do Banco, ao mesmo preço e às mesmas condições.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio do Banco BTG Pactual S.A. será realizada de forma periódica, conforme proposto pela administração do Banco e de acordo com o seu estatuto social. Os acionistas têm direito à distribuição mínima de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Aprovação do programa de recompra de ações

Em 12 de novembro de 2024, o BTG Pactual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco, em reunião ocorrida em 11 de novembro de 2024, aprovou programa de recompra de ações, sob as seguintes condições ("Programa de Recompra"):

- Recompra com o objetivo de propiciar melhores condições para realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação do capital do Banco;
- Aquisição de até R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), observados em qualquer caso os limites previstos na Instrução CVM 77;
- Manutenção, em tesouraria, das units BPAC11 adquiridas no âmbito do Programa;
- Definição de prazo de até 18 meses para as aquisições, cabendo à Diretoria deliberar sobre o melhor momento para fazer as aquisições; e
- Intermediação da BTG Pactual CTVM S.A. e condução das operações em conformidade com a regulamentação vigente.

O Banco manterá os reguladores e o mercado em geral informados acerca do Programa de Recompra.

Gestão de Pessoas

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco encerrou o exercício com 9.509 colaboradores, sendo 442 *partners* e *associate partners* e 9.067 funcionários.

As despesas relacionadas a salários e benefícios totalizaram R\$ 801,6 milhões no 4T25, em comparação a R\$ 792,3 milhões no 3T25, representando um aumento sequencial de 1,2%.

No acumulado do ano de 2025, os custos com pessoal somaram R\$ 3.109,3 milhões, representando um aumento de 22,3% em relação ao ano anterior. O crescimento refletiu o maior número de funcionários no período, impulsionado principalmente pela consolidação de aquisições estratégicas, pela internalização de pessoal terceirizado de TI e pelo ciclo anual de promoções e reajustes salariais.

As informações adicionais exigidas pela Lei nº 15.177/2025 serão divulgadas no Relatório da Administração, a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76.

Investimentos em Coligadas e Controladas

Em cumprimento ao artigo 243 da Lei 6.404/1976, informamos que os principais investimentos da companhia em sociedades coligadas e controladas estão destacados na nota explicativa 13. As principais movimentações no ano passado foram:

- Julius Baer
- JGP
- HSBC Bank
- Incorporação de ações – Banco Pan
- My Safra

Relacionamento com os Auditores

Conforme a Resolução CMN nº 4.910/21, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. não presta serviços, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, mantendo a independência necessária à execução dessa atividade.

Agradecemos aos clientes e parceiros pelo suporte e pela confiança e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.



Banco BTG Pactual S.A.

**Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco BTG Pactual S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

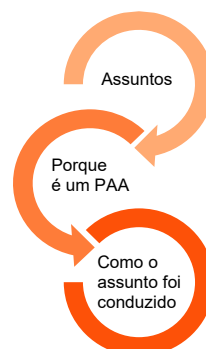
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez (Notas 3(b), 4(b), 4(d), 7, 8 e 9)) A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos e que envolvem premissas da Administração para valorização de instrumentos e/ou dados observáveis. Mantivemos esta área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes e devido à relevância dos instrumentos financeiros no contexto das demonstrações financeiras.	Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos que envolvem a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros relacionados à: (i) registro e confirmação dos dados das operações; (ii) critérios para a mensuração do valor justo; e (iii) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios analíticos para os saldos patrimoniais. Efetuamos, também, (i) teste sobre a integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a mensuração do valor justo; e (ii) reperformance independente, em base amostral, dos cálculos de mensuração dos instrumentos financeiros com o apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros e de acordo com os requerimentos das normas contábeis IFRS. Consideramos que os critérios adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(b), 4(b e c) e 12) A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é estimada com base na análise das operações e dos riscos específicos apresentados, levando em consideração os termos contratuais, os cenários de perda ponderados pela probabilidade, a classificação de risco do cliente em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade, de acordo com os critérios estabelecidos pelo IFRS 9. Mantivemos esta como uma área de foco em nossa auditoria, pois aplicação de diferentes critérios e julgamento na mensuração da provisão para perdas esperadas associadas	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o nosso entendimento dos principais processos relacionados a: (i) concessão de crédito, (ii) classificação de risco dos clientes e (iii) reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios auxiliares. Efetuamos, também, (i) análise, em base amostral, dos critérios descritos em política e sua consistência com os utilizados pela administração para determinação do risco de crédito das operações, (ii) testes quanto a validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito em base amostral, com auxílio de nossos

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	especialistas, considerando os parâmetros desenvolvidos para as carteira mais significativas; (iii) testes sobre a classificação nos estágios previstos no IFRS 9, e (iv) teste sobre a integridade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes que servem de base para a apuração da provisão. Consideramos os critérios adotados pela Administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ativos fiscais diferidos em controlada consolidada (Nota 23) O Banco Pan S.A., controlada indireta da Instituição, incluída no processo de consolidação nas demonstrações financeiras consolidadas, apresenta ativos fiscais diferidos no total de R\$ 4,2 bilhões,agu provenientes de adições temporárias nas bases de cálculo do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, reconhecidos com base em projeção de lucros tributários para a realização desses ativos fiscais diferidos. Essa projeção, preparada a partir de estudo do cenário atual e futuro pela administração do Banco, envolve julgamentos e premissas subjetivas. Mantivemos esta como uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e valores previstos para realização dos ativos fiscais diferidos.	Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram o entendimento dos processos de apuração e registro, bem como o entendimento das premissas relevantes estabelecidas pela administração para a estimativa de projeção de lucros tributários para realização dos ativos fiscais diferidos. Comparamos as premissas utilizadas pelo Banco Pan S.A. para projeção de lucros tributários com as projeções orçamentárias aprovadas pelo seu Conselho de Administração e com as projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como analisamos os dados históricos para corroborar a consistência dessas estimativas de realização. As premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes em relação ao registro, manutenção e realização do ativo fiscal diferido e estão alinhadas com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido

A conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e do lucro líquido atribuído à Controladora referente ao exercício findo nessa mesma data, entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN GAAP) e as normas contábeis IFRS apresentada na Nota 31 (c), elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação

suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa divulgação está conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, bem como efetuamos procedimentos para testar a integridade e acuracidade da informação apresentada como informação suplementar. Em nossa opinião, a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas

Banco BTG Pactual S.A.

demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

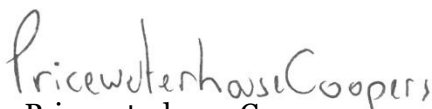
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Fábio de Oliveira Araújo
Contador CRC 1SP241313/O-3

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.

Balanço patrimonial consolidado
(Em milhares de reais)
Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (*)
Ativo			
Disponibilidades	6	5.815.072	4.709.224
Instrumentos financeiros		707.896.010	559.840.568
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	7 / 3.f	276.574.036	223.018.503
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8 / 3.f	59.411.670	2.732.772
Ativos financeiros ao custo amortizado		371.910.304	334.089.293
Aplicações no mercado aberto	10	78.089.984	92.699.286
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11	13.187.714	7.131.114
Depósitos no Banco Central		27.203.415	26.360.667
Operações de crédito	12	188.788.603	155.287.503
Títulos e valores mobiliários	13 / 3.f	60.122.772	45.159.244
Outros créditos		4.517.816	7.451.479
Ativos fiscais diferidos	23 / 3.f	9.607.437	7.286.418
Outros ativos	15.a	62.278.144	55.793.622
Investimento em coligadas e controladas em conjunto	16	10.488.632	9.542.276
Imobilizado		1.308.490	1.290.174
Direito de uso	15.b	865.992	249.921
Ativo intangível	17	11.041.742	10.471.109
Total do ativo		809.301.519	649.183.312
	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (*)
Passivo			
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	7.a	45.337.313	85.047.363
Passivos financeiros ao custo amortizado	14	567.556.952	413.050.438
Captações no mercado aberto		201.795.177	113.780.403
Depósitos		176.167.030	149.890.060
Recursos de aceites e emissão de títulos		118.824.365	107.173.422
Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos		45.122.539	23.327.240
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital		25.647.841	18.879.313
Passivos fiscais	18	6.358.196	8.201.527
Correntes		4.816.364	6.063.955
Diferidos		1.541.832	2.137.572
Obrigações diversas	19	70.288.439	50.479.182
Outros passivos	20	24.760.178	13.994.837
Obrigações sociais e estatutárias	21	5.943.546	4.723.915
Provisão para passivos contingentes	22.b	7.907.029	7.145.374
Provisão de perda esperada decorrente de risco de crédito para avais, fianças e limites		856.314	702.270
Total do passivo		729.007.967	583.344.906
Patrimônio líquido			
Capital social	24 / 3.f	62.415.686	15.760.364
Ações em tesouraria		(743.730)	(633.959)
Reservas de capital		2.055.314	652.515
Reservas de lucro		5.302.364	40.285.827
Outros resultados abrangentes		4.323.388	3.594.894
Total do patrimônio líquido de acionistas controladores		73.353.022	59.659.641
Participação de acionistas não controladores		6.940.530	6.178.765
Total do patrimônio líquido		80.293.552	65.838.406
Total do passivo e do patrimônio líquido		809.301.519	649.183.312

* Vide nota 3f

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.

Demonstração consolidada do resultado
(Em milhares de reais)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (*)
Resultado líquido com instrumentos financeiros	26	34.546.920	25.043.482
Perdas esperadas decorrentes de risco de crédito	12.c	(6.401.103)	(3.235.997)
Receita de prestação de serviços	27	13.106.423	11.461.869
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas em conjunto	16	884.114	1.371.504
Despesas administrativas	29	(10.851.479)	(11.628.178)
Despesas com pessoal		(7.907.296)	(6.505.203)
Despesas tributárias		(6.315.844)	(3.052.752)
Outras receitas / (despesas)	28	2.229.945	(650.812)
Lucro operacional antes da tributação		19.291.678	12.803.913
Imposto de renda e contribuição social	23	(2.627.877)	(1.734.005)
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente		(5.177.150)	(1.926.109)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido		2.549.273	192.104
Lucro líquido do exercício		16.663.803	11.069.908
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores		16.005.964	10.734.466
Lucro atribuível aos acionistas não controladores		657.839	335.441

* Vide nota 3f

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.

Demonstração consolidada do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024 (*)
Lucro líquido do exercício	16.663.803	11.069.908
Outros resultados abrangentes com reclassificação para o resultado		
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	500.548	541.946
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controlada em conjunto	(65.629)	(124.358)
Variação cambial sobre ativos e passivos de operações no exterior	(1.069.953)	1.978.609
Variação cambial sobre investimentos	(1.677.432)	2.677.671
Hedge de investimentos no exterior	2.740.249	(4.660.547)
Ajustes acumulados de conversão sobre ativos e passivos de operações no exterior	(82.511)	2.978
Ajustes acumulados de conversão	90.018	20.962
Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas	293.204	(95.994)
Resultado realizado de instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	(698.060)
Total do resultado abrangente	17.392.297	10.713.114

*Vide nota 3f

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva de Lucros	Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total de acionistas controladores	Total de acionistas não-controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (*)	3.f	15.760.364	652.515	32.178.106	3.894.996	(532.428)	-	51.953.553	4.432.911	56.386.464
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	-	(101.531)	-	(101.531)	-	(101.531)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	598.637	-	-	598.637	-	598.637
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controlada em conjunto		-	-	-	(124.358)	-	-	(124.358)	-	(124.358)
Variação cambial sobre ativos e passivos de operações no exterior		-	-	-	1.978.609	-	-	1.978.609	-	1.978.609
Variação cambial sobre investimentos		-	-	-	2.677.671	-	-	2.677.671	-	2.677.671
Hedge de investimentos no exterior		-	-	-	(4.660.547)	-	-	(4.660.547)	-	(4.660.547)
Ajustes acumulados de conversão sobre ativos e passivos de operações no exterior		-	-	-	2.978	-	-	2.978	-	2.978
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	20.962	-	-	20.962	-	20.962
Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas		-	-	-	(95.994)	-	-	(95.994)	-	(95.994)
Resultado realizado de instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	(698.060)	-	698.060	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	10.734.467	10.734.467	335.441	11.069.908
Destinações do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros		-	-	8.107.721	-	-	(8.162.709)	-	-	(54.988)
Juros sobre capital próprio	24	-	-	-	-	-	(3.269.818)	(3.269.818)	-	(3.269.818)
Adição de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	1.410.413	1.410.413
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (*)	3.f	15.760.364	652.515	40.285.827	3.594.894	(633.959)	-	59.659.641	6.178.765	65.838.406
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (*)	3.f	15.760.364	652.515	40.285.827	3.594.894	(633.959)	-	59.659.641	6.178.765	65.838.406
Aumento de capital		46.655.322	1.402.799	(46.239.428)	-	-	-	1.818.693	-	1.818.693
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	-	-	(109.771)	-	(109.771)	-	(109.771)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	(65.629)	-	-	(65.629)	-	(65.629)
Variação de ajuste de avaliação patrimonial de coligadas e controlada em conjunto		-	-	-	500.548	-	-	500.548	-	500.548
Variação cambial sobre ativos e passivos de operações no exterior		-	-	-	(1.069.953)	-	-	(1.069.953)	-	(1.069.953)
Variação cambial sobre investimentos		-	-	-	(1.677.432)	-	-	(1.677.432)	-	(1.677.432)
Hedge de investimentos no exterior		-	-	-	2.740.249	-	-	2.740.249	-	2.740.249
Ajustes acumulados de conversão sobre ativos e passivos de operações no exterior		-	-	-	(82.511)	-	-	(82.511)	-	(82.511)
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	90.018	-	-	90.018	-	90.018
Ágio/deságio na aquisição de participação em controladas		-	-	-	293.204	-	-	293.204	-	293.204
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	16.005.964	16.005.964	657.839	16.663.803
Destinações do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros		-	-	11.255.965	-	-	(11.255.965)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	24	-	-	-	-	-	(4.749.999)	(4.749.999)	-	(4.749.999)
Adição de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	103.926	103.926
Saldos em 31 de dezembro de 2025		62.415.686	2.055.314	5.302.364	4.323.388	(743.730)	-	73.353.022	6.940.530	80.293.552

*vide nota 3f

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (*)
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		16.663.803	11.069.908
Ajustes ao lucro líquido		4.879.879	3.665.664
Resultado de participações em coligadas e empresas com controle compartilhado	16	(884.114)	(1.371.504)
Ativo fiscal diferido	23	(2.549.273)	(183.482)
Provisão para contingências	22	1.430.953	1.009.737
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		6.401.103	3.235.997
Variação cambial do permanente		17.814	122.145
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		(889.275)	373.895
Depreciações e amortizações		1.050.132	653.031
Outros		302.539	(174.155)
Resultado ajustado do exercício		21.543.682	14.735.572
Aumento/redução de atividades operacionais			
Aplicações no mercado aberto		(5.733.508)	966.994
Aplicações em depósitos interfinanceiros		(169.418)	238.904
Operações de crédito		(39.902.203)	(36.909.674)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado		(14.963.528)	(1.255.510)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(53.555.533)	(45.728.322)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		(56.744.527)	(4.365.098)
Ativos fiscais diferidos		228.254	(1.684.904)
Outros ativos		(4.051.842)	(32.913.855)
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(39.710.050)	40.317.258
Passivos financeiros ao custo amortizado		48.072.269	24.646.840
Captações no mercado aberto		88.014.774	16.704.541
Passivos fiscais		(1.843.331)	3.704.649
Obrigações diversas		19.809.257	20.447.754
Outros passivos		12.386.559	9.008.799
Caixa (utilizado) / proveniente das atividades operacionais		(26.619.145)	7.913.948
Atividades de investimento			
(Aquisição) / alienação de outros investimentos	16	(983.487)	(5.014.770)
Dividendos recebidos	16	665.941	465.311
(Aquisição) / alienação de imobilizado		(263.393)	(245.454)
(Aquisição) / alienação de intangível	17	(1.604.454)	(740.957)
Caixa proveniente/(utilizado) das atividades de investimento		(2.185.392)	(5.535.870)
Atividades de financiamento			
Aquisição de ações em tesouraria		(109.771)	(101.531)
Recursos de aceites e emissão de títulos	14	11.650.943	31.824.379
Dívida subordinada e instrumentos de dívida elegíveis a capital	14	6.768.528	(2.400.505)
Participação de não controladores no patrimônio		275.600	1.410.413
Juros sobre o capital próprio distribuídos	24.g	(4.019.818)	(2.995.000)
Caixa proveniente das atividades de financiamento		14.565.482	27.737.756
(Redução) / Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(14.239.055)	30.115.834
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	31		
No início do exercício		102.620.767	72.878.828
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa		889.275	(373.895)
No fim do exercício		89.270.987	102.620.767
Aumento / (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(14.239.055)	30.115.834

*vide nota 3f

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Demonstração consolidada do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024 (*)
Receitas		114.544.694	78.478.172
Intermediação financeira	26	99.213.625	67.016.303
Prestação de serviços	27	13.106.423	11.461.869
Outras		2.229.945	-
Despesas		(71.067.808)	(45.851.008)
Intermediação financeira	26	(64.666.705)	(42.373.535)
Provisão para operações de crédito e outros créditos		(6.401.103)	(3.235.997)
Outras		-	(241.476)
Insumos adquiridos de terceiros		(9.611.650)	(10.696.211)
Materiais, energia e outros		(18.141)	(2.526.936)
Serviços de terceiros		(9.593.509)	(8.169.275)
Valor adicionado bruto		33.870.535	21.930.954
Depreciações e amortizações	29	(1.050.132)	(653.031)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		32.820.403	21.277.923
Valor adicionado recebido em transferência		884.114	1.371.504
Resultado de participações em coligadas e empresas com controle compartilhado	16	884.114	1.371.504
Valor adicionado a distribuir		33.704.517	22.649.427
Distribuição do valor adicionado		33.704.517	22.649.427
Pessoal		7.478.687	6.505.204
Proventos		6.628.306	5.374.048
Benefícios		679.507	579.922
FGTS		170.874	551.234
Impostos, taxas e contribuições		9.372.330	4.795.379
Federais		8.503.451	3.879.834
Estaduais e Municipais		868.879	915.545
Remuneração de capitais de terceiros		189.697	278.936
Aluguéis		189.697	278.936
Remuneração de capitais próprios		16.663.801	11.069.908
Lucros retidos		11.255.963	7.464.649
Juros sobre capital próprio	24.g	4.749.999	3.269.818
Participações de não controladores		657.839	335.441

* vide nota 3f

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

O Banco BTG Pactual S.A. ("Banco" ou "BTG Pactual"), constituído sob a forma de banco múltiplo, atua em conjunto com suas controladas ("Grupo BTG Pactual"), oferecendo produtos e serviços financeiros relativos às carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento, arrendamento mercantil, seguros, câmbio, entre outros, no país e em várias localidades no exterior. O Banco tem a sua sede localizada na Praia de Botafogo, 501 – 5º andar – Torre Corcovado, na cidade e estado do Rio de Janeiro. Possui como principal local de seus negócios o escritório situado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477 – 14º andar (parte), na cidade e estado de São Paulo.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integradamente no mercado financeiro e algumas operações têm a intermediação de outras sociedades integrantes do Grupo BTG Pactual. O Banco tem como controladora a BTG Pactual Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira"), que é controlada pela BTG Pactual G7 Holding S.A. por meio da BTG Pactual Holding S.A. ("Holding").

O BTG Pactual possui units listadas na B3 S.A. em São Paulo. Cada unit corresponde a 1 ação ordinária e a 2 ações preferenciais classe A.

2. Reorganizações societárias e aquisições

Principais aquisições e vendas

Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em 2 de outubro de 2023, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou, por meio de uma controlada, os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Órama Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., pelo valor de R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais), sujeito a determinados ajustes.

Em 15 de março de 2024, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Banco Nacional S.A.

Em 31 de maio de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que se comprometeu a adquirir o controle acionário do Banco Nacional S.A. ("BNSA"), bem como de sua subsidiária, incluindo todos os seus ativos e passivos remanescentes.

Em 15 de agosto de 2024, após a superação de todas as condições precedentes, que incluía, dentre outras, (i) a cessação do regime de liquidação extrajudicial do BNSA e (ii) a obtenção de todas as aprovações regulatórias necessárias, incluindo o Banco Central do Brasil, houve a conclusão da transação.

MY Safra

Em 27 de junho de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que, por meio de uma de suas controladas, firmou os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social do M.Y. Safra Bank, FSB, instituição financeira sediada nos Estados Unidos.

Em 11 de dezembro de 2025, foram obtidas todas as aprovações regulatórias necessárias para a conclusão da transação, tendo o fechamento da operação ocorrido no término do exercício social de 2025.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Imediatamente após o fechamento da operação, a instituição foi convertida em banco nacional dos Estados Unidos e passou a denominar-se “BTG Pactual Bank, National Association” (“BTG Pactual Bank, N.A.”).

Eneva S.A.

Em 16 de julho de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que celebrou dois memorandos de entendimento vinculantes com a Eneva S.A. um diretamente pelo Banco (“MoU Cisão”) e outro por meio da sua subsidiária BTG Pactual Holding Participações S.A. (“Holding Participações”) (“MoU Gera Maranhão”). Os memorandos disciplinam os termos e condições por meio dos quais a Eneva se tornará titular das participações acionárias detidas pela Holding Participações, nas sociedades que compõem o seu portfólio de ativos de geração de energia termelétrica no Brasil, Povoação Energia S.A. (“Povoação”), Tevisa Termelétrica Viana S.A. (“Tevisa”) e Geradora de Energia do Maranhão S.A. (“Gera Maranhão”).

MoU – Cisão, (i) Tevisa e Povoação passarão a ser integralmente detidas pela Eneva; e (ii) serão emitidas, em favor do BTG, na qualidade de único acionista da Holding Participações e em sucessão à parcela cindida, 126.071.428 (cento e vinte e seis milhões setenta e um mil quatrocentos e vinte e oito) novas ações ordinárias de emissão da Eneva e determinados bônus de Subscrição.

O MoU – Gera Maranhão disciplina os termos e condições para a aquisição, pela Eneva, de 44.010 (quarenta e quatro milhões e dez mil) ações ordinárias de emissão da Gera Maranhão, as quais representam 50% (cinquenta por cento) do seu capital social (“Participação Gera Maranhão”).

Nos termos do MoU – Gera Maranhão, a Eneva deverá pagar o valor fixo de R\$ 285.000 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais) à Holding Participações pela aquisição da Participação Gera Maranhão, bem como, se for o caso, uma parcela contingente de preço em valor que pode chegar a R\$ 126.000.000.00 (cento e vinte e seis milhões de reais), sujeita ao êxito na antecipação do contrato de reserva de capacidade (“Preço Gera Maranhão”).

Ademais, cumpre mencionar que, nos termos do atual acordo de acionistas da Gera Maranhão, os demais acionistas de tal companhia possuem direito de primeira oferta e direito de tag along com relação às ações de emissão da Gera Maranhão detidas pela Holding Participações. Desta forma os procedimentos relacionados a tais direitos serão observados pela Holding Participações e Eneva S.A., conforme aplicável.

Em 6 de setembro de 2024, o Banco BTG celebrou diretamente e, também, por meio da BTG Pactual Holding Participações S.A., junto com a Eneva os seguintes documentos:

- (i) Contrato de compra e venda: aquisição pela Eneva S.A das ações ordinárias representativas de 50% do capital social da Geradora de Energia do Maranhão S.A. (“Alienação de Participação”);
- (ii) Acordo de Associação: cisão parcial de subsidiária integral do Banco BTG com a incorporação do acervo líquido cindido pela Eneva, composto exclusivamente pela integralidade das ações ordinárias de emissão de Tevisa Termelétrica Viana S.A. e Povoação Energia S.A (“Cisão Parcial”).

A Alienação de Participação e a Cisão Parcial acima mencionadas foram aprovadas em caráter definitivo pelo Banco Central do Brasil e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Em 25 de outubro de 2024, houve a conclusão da Cisão Parcial e incorporação pela Eneva, após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 14 de novembro de 2024, foi concluída a Alienação das ações ordinárias correspondentes a 50% do capital social da Geradora de Energia do Maranhão S.A. para a Eneva S.A., após a superação de todas as condições precedentes, inclusive as aprovações regulatórias.

Serglobal Participações Ltda.

Em 18 de julho de 2024, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou, por meio de uma controlada, os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Serglobal Participações Ltda.

Em 11 de setembro de 2024, o nome da empresa foi alterado de Serglobal Participações Ltda., para BTG Pactual Commodities Sertrading S.A.

Em 1º de outubro de 2024 foi concluída, após as aprovações regulatórias, a aquisição do controle acionário da Sertrading.

Julius Baer Brasil

Em 06 de janeiro de 2025, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da Julius Baer Brasil Gestão de Patrimônio e Consultoria de Valores Mobiliários Ltda., pelo valor de R\$ 615 milhões. A aquisição da Julius Baer Brasil faz parte da estratégia de expansão do segmento de Family Office do BTG Pactual. Em 28 de março de 2025, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

JGP Gestão Patrimonial

Em 14 de abril de 2025, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social da JGP Gestão Patrimonial Ltda. Em 07 de julho de 2025, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

HSBC Bank (Uruguay) S.A.

Em 28 de julho de 2025, o Banco BTG Pactual S.A. comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que assinou os documentos definitivos referentes à aquisição de 100% (cem por cento) do capital social do HSBC Bank (Uruguay) S.A. ("HSBC Uruguai"), pelo valor de US\$ 175 milhões, sujeito a ajustes para refletir a variação do patrimônio líquido até a data de fechamento. A conclusão da transação está sujeita à verificação de determinadas condições precedentes, incluindo a obtenção da aprovação do Banco Central do Brasil e demais aprovações regulatórias necessárias.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Incorporação de ações – Banco Pan

Em 13 de outubro de 2025, o BTG Pactual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que decidiu propor, de forma vinculante, a incorporação das ações do Banco Pan S.A. pelo Banco Sistema S.A. (“Operação”).

Após a avaliação e aprovação dos termos da Operação pelas administrações das companhias envolvidas, foram convocadas assembleias gerais das companhias para deliberar, dentre outras matérias, sobre: (a) a aprovação do Protocolo e Justificação; (b) a aprovação da Operação; (c) a ratificação da nomeação da empresa avaliadora responsável pela elaboração dos laudos de avaliação aplicáveis; (d) a aprovação do(s) laudo(s) de avaliação; e (e) a autorização aos administradores das companhias para a prática de todos os atos necessários à consumação da Operação (“Assembleias”).

Em 18 de novembro de 2025, o Banco Pan e o Banco BTG comunicaram aos acionistas e ao mercado em geral que aprovaram o Protocolo e Justificação e a convocação das respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias, a serem realizadas em 09 de dezembro de 2025, para deliberar sobre a incorporação de ações.

Em 09 de dezembro de 2025, o Banco Pan e o Banco BTG comunicaram ao mercado a aprovação em assembleia geral extraordinária da incorporação de ações, nos termos da Operação.

Em 15 de dezembro de 2025, o Banco Central do Brasil homologou a Operação e seus efeitos, incluindo a aprovação dos aumentos de capital do Banco Sistema e do BTG Pactual decorrentes da incorporação de ações, bem como as respectivas alterações estatutárias (veja nota 19).

Dessa forma, todas as aprovações substanciais e relevantes ocorreram até a indicada data de modo que, para fins contábeis, os efeitos de conclusão da operação estão sensibilizados nessas demonstrações financeiras.

Em 15 e 22 de dezembro de 2025, as Administrações comunicaram o "Ajuste da Relação de Troca" em razão das distribuições de proventos na forma de juros sobre o capital próprio pelo BTG Pactual.

Em 12 de janeiro de 2026, foram comunicados os passos operacionais para a liquidação da operação, finalizada em 23 de janeiro de 2026, data em que as ações de emissão do Banco PAN deixaram de ser negociadas após o encerramento do pregão.

Ofertas

Notas Subordinadas

Em 12 de janeiro de 2024, o Banco, por meio de sua filial BTG Pactual Cayman Branch, anunciou a intenção de resgatar a totalidade das Notas Subordinadas (com taxa de 7,75%) — listadas na Official List of the Luxembourg Stock Exchange e negociadas no mercado Euro MTF da mesma bolsa — que estivessem em circulação em 15 de fevereiro de 2024. Após a obtenção das aprovações regulatórias, ocorreu a liquidação do resgate das Notas Subordinadas na data prevista.

Senior Notes

Em 3 de abril de 2024, o BTG Pactual emitiu Senior Notes (“Notas”), por meio de sua filial em Cayman Islands, no âmbito do Global Medium Term Notes Programme cujos recursos líquidos serão utilizados na consecução do curso normal de negócios do Banco. A emissão das Notas perfaz o montante global nominal de US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) à taxa fixa de 6,25% ao ano, com data de vencimento em 8 de abril de 2029. Os juros das Notas

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

serão pagos semestralmente em 8 de abril e em 8 de outubro de cada ano, a partir de 8 de outubro de 2024. As Notas serão listadas no Official List da Luxembourg Stock Exchange.

Em 17 de outubro de 2024, o BTG Pactual emitiu Senior Notes ("Notas"), por meio de sua filial em Cayman Islands, no âmbito do Global Medium Term Notes Programme cujos recursos líquidos serão utilizados no curso normal de negócios do Banco. A emissão das Notas perfaz o montante global nominal de US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) à taxa fixa de 5,75% ao ano, com data de vencimento em 22 de janeiro de 2030. Os juros das Notas serão pagos semestralmente a partir de 22 de janeiro de 2025. As Notas serão listadas no Official List da Luxembourg Stock Exchange.

Emissão de Medium Term Notes Program

Em 26 de julho de 2024, o BTG Pactual emitiu Medium Term Notes Program (MTN), por meio de sua filial Banco BTG Pactual Chile cujos recursos líquidos serão utilizados na consecução do curso normal de negócios do Banco. A emissão deste título perfaz o montante global nominal de US\$ 40.000 (quarenta milhões de dólares) à taxa fixa de 5,43% ao ano, com data de vencimento em 1º de agosto de 2029. Os juros das Notas serão pagos semestralmente.

Emissão de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio

Em 13 de agosto de 2024, o Banco, por meio de uma de suas controladas, emitiu R\$ 8.500.000 (oito bilhões e quinhentos milhões) de certificados de direitos creditórios do agronegócio ("CDCA"), divididas em nove séries. Os CDCAs da 1ª, 2ª e 3ª séries terão vencimentos em 5 anos e pagamentos de juros semestrais. Os CDCAs da 4ª, 5ª e 6ª séries terão vencimentos em 7 anos e pagamentos de juros semestrais. Os CDCAs da 7ª, 8ª e 9ª séries terão vencimentos em 10 anos, sendo que duas das séries terão pagamentos de juros semestrais, e uma das séries terá pagamentos de juros mensais. Em todas as séries o principal será amortizado integralmente na data de vencimento.

Letras Financeiras Subordinadas

Durante o exercício de 2025, o Banco emitiu Letras Financeiras Subordinadas ("Letras Subordinadas") no montante nominal agregado de R\$ 3.922.100 em instrumentos perpétuos classificados como Capital Nível I, e R\$173.200 com vencimento em 2035, classificados como Capital Nível II. As Letras Subordinadas são remuneradas a taxas flutuantes que variam de CDI + 0,80% a CDI + 1,40% ao ano.

Debêntures (BTG Pactual Commodities Sertrading)

Em 15 de setembro de 2025, o BTG Pactual Commodities Sertrading emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária no montante total de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais) dividida em quatro séries com juros semestrais. As debêntures das 1ª e 2ª séries terão vencimento em 10 anos e das 3ª e 4ª séries terão vencimento em 15 anos. Em todas as séries o principal será amortizado integralmente na data de vencimento.

Aprovação do programa de recompra de ações

Em 12 de novembro de 2024, o BTG Pactual comunicou aos acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração do Banco, em reunião ocorrida em 11 de novembro de 2024, aprovou programa de recompra de ações, sob as seguintes condições ("Programa de Recompra"):

- Recompra com o objetivo de propiciar melhores condições para realizar a aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, de modo a maximizar a alocação do capital do Banco;
- Aquisição de até R\$2.000.000 (dois bilhões de reais), observados em qualquer caso os limites previstos na Instrução CVM 77;

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Manutenção, em tesouraria, das units BPAC11 adquiridas no âmbito do Programa;
- Definição de prazo de até 18 meses para as aquisições, cabendo à Diretoria deliberar sobre o melhor momento para fazer as aquisições; e
- Intermediação da BTG Pactual CTVM S.A. e condução das operações em conformidade com a regulamentação vigente.

O Banco manterá os reguladores e o mercado em geral informados acerca do Programa de Recompra.

3. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras em IFRS do Banco foram elaboradas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo a segregação entre circulante e não circulante apresentado em nota explicativa.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado – DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, contudo, as IFRS não requerem a apresentação desta demonstração, que é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Administração em 10 de março de 2026 e contemplam uma visão verdadeira e apropriada da posição e da evolução financeira, patrimonial, de resultados e dos fluxos de caixa do Banco. A Administração não tem conhecimento de qualquer incerteza material que possa gerar dúvidas sobre a capacidade do Banco de continuar operando normalmente.

b. Julgamento e estimativas contábeis significativas

No processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS do Banco, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS. A aplicação mais relevante do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorre em:

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Perdas Esperadas de Risco de Crédito

A mensuração da perda de crédito esperada reflete aplicação de premissas significativas, conforme abaixo descrito:

- **Prazo:** O Banco considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Adicionalmente, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- **Informações prospectivas:** a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O BTG Pactual utiliza informações macroeconômicas e informações de mercado públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.
- **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** o Banco utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequada, através de análises efetuadas pelo time de risco de crédito, levando em consideração também as características dos papéis (prazo, emissor, cenário econômico, entre outros).
- **Critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** em cada exercício das Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, o BTG Pactual avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente utilizando indicadores relativos e absolutos, de acordo com a natureza de cada produto.

O BTG Pactual avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual (caso a caso) ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre diversos outros fatores.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de precificação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos e informações de transações similares. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

Ativos fiscais diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias na medida em que é provável que lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo tributário diferido futuro que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houverem.

Contingências

A Administração avalia os passivos das empresas do Grupo BTG e constitui provisão sempre que considerar como provável a saída de recursos para quitar as obrigações presentes (legais ou não formalizadas) de prazos ou de valores incertos. No julgamento da Administração para determinar a expectativa de perdas são levadas em consideração, inclusive, as interpretações de seus assessores jurídicos externos.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

c. Pronunciamentos IFRS revisados

❖ Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em 2025 ou em períodos futuros.

Os pronunciamentos a seguir entraram em vigor em 2025 ou entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS e não foram adotados antecipadamente:

I – Aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

- Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações financeiras:

Segregação entre Passivo Circulante e Não Circulante - Esclarece quando considerar condições contratuais (Covenants) que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com Covenants classificados como não circulantes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva e não há impactos para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BTG Pactual.

II – Aplicáveis para Períodos Futuros

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:

Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros Divulgações:

As alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: orientações adicionais sobre avaliação do critério de “somente pagamentos de principal e juros” (SPPI Test) para ativos financeiros e data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026. Não são esperados impactos relevantes em decorrência da adoção.

d. Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações em IFRS do Banco compreendem as Demonstrações Financeiras do Banco e sua agência no exterior e das empresas e fundos de investimentos controlados, direta e indiretamente, no país e no exterior. Controle existe onde o Banco tem o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais da entidade, geralmente atribuído por deter uma maioria dos direitos de voto, e está exposto a variação de retornos do seu envolvimento com suas investidas e tem habilidade de usar seu poder para afetar esse retorno.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos direitos e obrigações das entidades consolidadas, foram aplicadas de maneira uniforme, sendo que os investimentos, os ativos, os passivos e os resultados existentes e/ou apurados entre as entidades consolidadas foram eliminados. A seguir, estão apresentadas as principais entidades consolidadas, cuja somatória, considerando os montantes referentes ao Banco BTG Pactual S.A., representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do Banco em seus capitais:

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Participação no capital total - %		
	País	31/12/2025	31/12/2024
Agência no exterior			
BTG Pactual Cayman Branch	Cayman	100,00%	100,00%
Controladas diretas			
BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Brasil	99,99%	99,99%
Banco Sistema S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Banco BESA S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual Holding Participações S.A	Brasil	100,00%	100,00%
Banco Nacional S.A.	Brasil	96,92%	87,63%
Enforce Gestão de Ativos S.A.	Brasil	100,00%	0,00%
BTG Pactual Internacional Holding Ltd.	Reino Unido	100,00%	100,00%
BTG Pactual Serviços Financeiros S.A DTVM	Brasil	99,99%	99,99%
Controladas indiretas			
Banco Pan S.A.	Brasil	100,00%	76,03%
BTG Pactual Resseguradora S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Banco BTG Pactual Chile S.A.	Chile	100,00%	100,00%
BTG Pactual Oil & Gas S.A.R.L.	Luxemburgo	80,00%	100,00%
BTG Pactual COMM, (CH) SA	Suíça	100,00%	100,00%
Banco BTG Colômbia S.A.	Colômbia	99,97%	100,00%
BTG Pactual Europe S.A.	Luxemburgo	100,00%	100,00%
BTG Pactual Commodities Sertrading S.A	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual Comercializadora De Energia SASESP	Colômbia	100,00%	100,00%
BTG Pactual US Fund Aggregator	Estados Unidos	100,00%	100,00%
BTG Pactual Chile C.B. SA	Chile	100,00%	100,00%
BTG Pactual Casa de Bolsa	México	100,00%	100,00%
Pan Financeira	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Comisionista de Bolsa	Colômbia	99,96%	99,96%
Ilha Pura 01 Empreendimento Imobiliário Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual Bank, N.A.	Estados Unidos	100,00%	100,00%
BTG Pactual Argentina S.A	Argentina	100,00%	100,00%
Fundos de investimento			
BTG Pactual Absolute Return Master Fund	Cayman	98,35%	97,58%
FIDC FGTS	Brasil	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado CP LS Investimento no Exterior	Brasil	100,00%	100,00%
FIDC NP Alternative Assets I	Brasil	100,00%	100,00%
Warehouse FIP	Brasil	100,00%	100,00%
BTGP Consignados II FIDC	Brasil	100,00%	100,00%
BTGP Consignados FIDC	Brasil	100,00%	100,00%
FIDC NP Alternative Assets III	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual International Port Fund SPC	Cayman	100,00%	100,00%
BTG Pactual Boreas Fund LP - Serie A	Cayman	100,00%	100,00%
BTG Pactual Notus Credit Fund, L.P.	Reino Unido	100,00%	100,00%
MT Consignado Privado I FIDC	Brasil	100,00%	100,00%
BTG Pactual Strategic Capital	Estados Unidos	54,52%	54,52%

e. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações Financeiras do Banco e controladas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual o Banco atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas em IFRS estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do controlador, o Banco. A taxa utilizada para a conversão de ativos e passivos em moeda estrangeira é a da data de fechamento, enquanto as contas de resultado são convertidas pelas taxas médias mensais.

As moedas financeiras das subsidiárias, cuja moeda funcional é diferente daquela adotada pelo Banco, são traduzidas para a moeda funcional do Banco utilizando os critérios do IAS 21.

Os efeitos da conversão de moeda das controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da controladora, são registrados no patrimônio líquido e apresentados na demonstração consolidada do resultado abrangente, assim como o resultado do hedge sobre esses investimentos, quando aplicável.

f. Reapresentação de cifras comparativas das demonstrações financeiras

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou ajustes nas demonstrações financeiras em IFRS, conforme apresentado a seguir, nas seguintes rubricas:

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Balanco Patrimonial	31/12/2024 (Apresentado)	Ajustes (i)	31/12/2024 (Reapresentado)
Ativo	649.216.711	(33.399)	649.183.312
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	224.516.292	(1.497.789)	223.018.503
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	27.000.144	(24.267.372)	2.732.772
Ativos financeiros ao custo amortizado - Títulos e valores mobiliários	19.454.808	25.704.436	45.159.244
Ativos fiscais diferidos	7.259.091	27.327	7.286.418
Passivo	583.344.906	-	583.344.906
Patrimônio Líquido	65.871.805	(33.399)	65.838.406

Balanco Patrimonial	31/12/2023 (Apresentado)	Ajustes (i)	31/12/2023 (Reapresentado)
Ativo	495.115.810	(1.703)	495.114.107
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	178.807.129	(5.155.440)	173.651.689
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	22.070.238	(16.424.446)	5.645.792
Ativos financeiros ao custo amortizado - Títulos e valores mobiliários	18.138.572	21.576.789	39.715.361
Ativos fiscais diferidos	5.592.892	1.394	5.594.286
Passivo	438.727.643	-	438.727.643
Patrimônio Líquido	56.388.167	(1.703)	56.386.464

(i) Refere-se principalmente a ajustes nas classificações contábeis para refletir os modelos de negócios adequados para determinados instrumentos financeiros, em linha com a revisão realizada pela administração no exercício iniciado em 01 de janeiro de 2025.

4. Principais políticas contábeis

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas com base nas normas internacionais vigentes até 31 de dezembro de 2025.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, estão incluídos, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com prazo de vencimento, normalmente de três meses a contar da data de aquisição.

b. Instrumentos financeiros

“Instrumento financeiro” é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro em uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

“Instrumentos de patrimônio” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar as mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

(i) Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o consolidado se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão de mercado.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(ii) Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende do propósito e da finalidade pelos quais eles foram adquiridos e de suas características. A classificação de instrumentos financeiros de acordo com o IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios segundo o qual o ativo financeiro é gerido além do seu fluxo de caixa contratual.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Correspondem aos ativos que atendem uma das seguintes condições:

- a) Ativos financeiros que não atendem (após a realização do teste de “SPPI - somente para principal e juros”) as condições de ativos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- b) escolha irrevogável, dos ativos que atendem as exigências de mensuração ao custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no reconhecimento inicial, com o propósito de eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento.

(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido através do recolhimento de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros.

Os ganhos ou perdas não realizadas são reconhecidos como outros resultados abrangentes. No vencimento do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas não realizadas, previamente reconhecidos nos outros resultados abrangentes, são reclassificados no resultado, como “Ganho/(perda) de valor justo por meio de outros resultados abrangentes”.

(v) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ele apresenta ambas as características abaixo:

- Se o ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é de manter ativos financeiros para recolher fluxos de caixa contratuais e;
- Os termos contratuais do ativo financeiro conduzem a fluxos de caixas em datas específicas, que são compostos apenas por pagamentos de principal e juros. Após a mensuração inicial, os montantes dos ativos financeiros serão mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. Mesmo que a Companhia não planeje em vender o ativo classificado nessa categoria, pois está esperado que ela mantenha esse até o vencimento para recolher fluxos de caixa contratuais, essa não é obrigada a manter esses instrumentos até o vencimento e um evento de venda pode ocorrer.

(vi) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em uma das seguintes categorias:

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados hedge accounting e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados (“Posições vendidas”).
- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Banco são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.
- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo. As variações do valor justo dos derivativos são reconhecidas na demonstração do resultado em “Resultado líquido com instrumentos financeiros”.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são considerados como estruturas de proteção (*hedge*), em conformidade com o IFRS 9, e são classificados de acordo com sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, são mensurados a valor justo e têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados no resultado; e
- *Hedge* de fluxo de caixa: os instrumentos classificados nesta categoria são mensurados a valor justo, sendo a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente no resultado.
- *Hedge* de investimento líquido em operações no exterior - É contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, a parcela do ganho ou perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida no patrimônio líquido, reclassificado para o resultado do exercício em caso de alienação da operação no exterior. A parcela não efetiva é reconhecida no resultado do exercício.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

c. Baixa de ativos e passivos financeiros

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou parte aplicável de um ativo financeiro ou um grupo de ativos semelhantes) é baixado quando o direito de receber o fluxo de caixa do ativo estiver vencido ou houver transferência do direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou assunção da obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro devido a um contrato de repasse e se: (i) Houver transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo; ou (ii) Não houver transferência substancial ou retenção substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, mas houver transferência do controle sobre o ativo.

(ii) Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada ou vencida. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença para o valor contábil é reconhecida no resultado do exercício.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme o IFRS 9, no reconhecimento inicial de um instrumento de dívida, o Banco deve realizar as projeções das eventuais perdas esperadas num período de 12 meses e reconhecer essas mesmas como provisão, independente se houver ou não a ocorrência de perda. Se a Companhia antecipa uma deterioração significativa da qualidade de crédito de suas contrapartes, ela deve reconhecer uma provisão igual ao valor de todas as perdas esperadas na vida do instrumento financeiro, e não somente nos 12 meses subsequentes.

Mensuração

Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas por sua probabilidade de acontecimentos e são mensuradas conforme a seguir:

- Ativos financeiros que não foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com o valor presente de todos os desembolsos de caixa (por exemplo a diferença entre o fluxo de caixa devido a entidade de acordo com o contrato e o fluxo de caixa que a companhia espera receber);
- Ativos financeiros foram reduzidos ao seu valor recuperável na data de reporte: de acordo com a diferença entre custo corrigido bruto e o valor presente do fluxo de caixa futuro;
- Compromissos de empréstimos não aportados: de acordo com o valor presente da diferença entre o fluxo de caixa contratual que é devido à Companhia se o compromisso for recebido e o fluxo de caixa que a Companhia espera receber; e
- Contratos de garantias financeiras: de acordo com os pagamentos estimados para reembolsar os detentores de títulos/valores que a Companhia espera recuperar. Se um evento de crédito ocorrer, não obstante considerar as perdas esperadas durante a vida inteira do instrumento financeiro, a Companhia deve também reconhecer o rendimento oriundo dos pagamentos de juros sobre o valor carregado, o que significa que a provisão deve ser contabilizada no reconhecimento do pagamento dos juros.

As principais evidências da deterioração da qualidade de crédito de uma contraparte são:

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- A baixa significativa do valor justo de um instrumento financeiro durante um exercício prorrogado;
- O não respeito dos termos contratuais por atraso no pagamento de juros ou do principal;
- A deterioração na capacidade de pagamento e na performance operacional;
- O descumprimento de covenants;
- A mudança significativa da performance do mercado no qual a contraparte atua; e
- A liquidez reduzida do ativo financeiro devido às dificuldades financeiras do tomador.

Em caso de perdas devidas à redução ao valor recuperável dos instrumentos de dívida designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, essas mesmas são reclassificadas dos outros resultados abrangentes para o resultado, apresentadas nas demonstrações do resultado em IFRS como “perdas acumuladas por redução ao valor recuperável”. Se nos exercícios subsequentes ao reconhecimento da perda o valor justo do ativo se encontra superior ao valor carregado, a perda previamente incorrida será revertida no resultado.

O Banco realiza a baixa do valor bruto carregado dos seus instrumentos financeiros quando não existe uma expectativa provável de recuperar os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros na sua integralidade ou uma parte deles.

O BTG Pactual aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Desta forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

Cenários Macroeconômicos

As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

d. Classificação e mensuração subsequente dos ativos financeiros

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócios e das características de seus fluxos de caixa (Somente pagamento de principal e juros – Teste SPPJ).

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Modelo de negócios:

Consiste na gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não apenas a intenção da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados para:

- i) colher os fluxos de caixa contratuais;
- ii) colher os fluxos de caixa contratuais e vender; ou
- iii) qualquer outro tipo de gestão.

Dentro do processo de modelo de negócios são avaliados os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e como o desempenho é revisado pela Administração.

Teste de SPPI

Consiste na avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo ativo financeiro com o objetivo de identificar apenas pagamento de principal e juros. Os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Exceções a esses conceitos serão mensurados a valor justo.

Contratos híbridos são avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas e para esses casos são avaliados em conjunto a valor justo.

e. Determinação do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro.
- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseados em modelo de precificação nos quais os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.
- Nível 3: Modelos de precificação nos quais transações de mercado atual ou dados observáveis não estão disponíveis e que exigem alto grau de julgamento e estimativa. Instrumentos nessa categoria foram precificados usando técnicas de precificação em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Quando inputs podem ser observados de dados de mercado sem custos e esforços excessivos, este input é utilizado. Caso contrário, o Banco determina um nível adequado para a entrada do input. Os instrumentos financeiros basicamente incluem participações em fundos de *private equity*, ações não listadas em bolsa oriundas das nossas atividades de *Merchant Banking*, alguns títulos de dívida (debêntures) de empresas fechadas e derivativos de energia, os quais a precificação depende de inputs não observáveis. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no reconhecimento inicial de um instrumento financeiro precificado com técnicas que incorporam dados não observáveis.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Premissas de avaliação do Nível 3

Ativo	Técnica de precificação	Principais premissas
Fundos de <i>private equity</i> (investimentos sem cotação)	Preço de investimentos recentes; modelos baseados em fluxo de caixa descontado ou ganhos, múltiplos de transações de mercado (M&A).	Crescimento de receita e mercado, expectativa de alavancagem e rentabilidade, taxas de desconto, pressupostos macroeconômicos tal como inflação e taxas de câmbio, riscos e prêmios incluindo mercado, tamanho e prêmio de risco do país.
Títulos de dívida (debêntures)	Modelos padrões e comparação de preços	Probabilidade de <i>default</i> , grandes perdas e queda de rendimento, pré-pagamento e taxa de recuperação.
Derivativos de energia	Modelos baseados em sistema de dados (Decomp e Newwave)	GDP, nível de reservas de água e previsão de chuvas.

Em certos casos, os dados usados para apurar o valor justo podem situar-se em diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo. Nesses casos, o instrumento financeiro é classificado na categoria mais conservadora em que os dados relevantes para a apuração do valor justo foram classificados. Essa avaliação exige julgamento e considera fatores específicos dos respectivos instrumentos financeiros. Mudanças na disponibilidade de informações podem resultar em reclassificações de certos instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia de mensuração do valor justo.

O Banco avalia os níveis em cada período de divulgação numa base de instrumento por instrumento e reclassifica os instrumentos quando necessário com base nos fatos no final do período.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados conforme segue:

- Swaps: seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na B3 S.A., de títulos públicos brasileiros negociados no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, de swaps de taxas de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas etc.).
- Futuros e Termos: valor justo apurado com base em cotações em bolsas ou utilizando critérios idênticos aos acima descritos para swaps.
- Opções: os valores justos desses instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos (como Black & Scholes), que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (normalmente, preços de brokers e corretoras, Bloomberg, Reuters).
- Derivativos de crédito: os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos consagrados no mercado, que são alimentados com dados de spread de crédito do emissor e curva de rentabilidade da taxa de juros. Tais dados são obtidos de diferentes fontes (normalmente, preços de mercado, Bloomberg, Reuters).
- Títulos e valores mobiliários e venda a descoberto: os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nos preços divulgados pela ANBIMA. Os valores justos dos títulos das dívidas de empresas são calculados com base nos preços do mercado secundário, no preço de ativos semelhantes e na visibilidade de mercado que as áreas comerciais do Banco dispõem. As ações são calculadas com base nos preços divulgados pela B3 S.A. As cotas de fundos são valorizadas considerando os preços das cotas divulgadas pelos administradores.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativos financeiros avaliados a valor justo no resultado: estimamos os valores justos dos instrumentos financeiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco.

f. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, de acordo com o IFRS 7.

g. Reconhecimento de receitas e despesas

Receita é reconhecida na medida em que é provável que o benefício econômico seja transferido para o Banco e que a receita possa ser mensurada confiavelmente. Os critérios de reconhecimento específicos a seguir devem ser cumpridos antes que a receita seja reconhecida:

(i) Receitas e despesas de juros:

Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros que arrecadam juros classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, as receitas ou despesas de juros são registrados segundo o método da taxa de juros efetiva, que é a taxa que exatamente desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados pela vida útil esperada do instrumento financeiro, ou quando apropriado, um período mais curto, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. O cálculo leva em consideração todos os termos contratuais do instrumento financeiro e inclui qualquer taxa ou custo incremental que são diretamente atribuíveis ao instrumento e são partes integrais da taxa efetiva, mas não das perdas futuras de crédito. O valor contábil do ativo ou passivo financeiro é ajustado se o Banco revisa suas estimativas de pagamento e recebimento. O valor contábil ajustado é calculado com base na taxa de juros original e o ajuste no valor contábil é registrado como “Outras receitas (despesas) operacionais”. Porém, para um ativo financeiro reclassificado para o qual o Banco subsequentemente aumenta a sua estimativa de recebimento de caixa futuro, o efeito do aumento é reconhecido como um ajuste na taxa efetiva desde a data da alteração da estimativa.

A receita (despesa) de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

(ii) Receitas de tarifas e comissões

O Banco e suas controladas auferem receitas de tarifas e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Receitas provenientes de taxas podem ser segregadas nas seguintes categorias:

- Receitas com tarifas e comissões auferidas de serviços prestados em um determinado período:

Tarifas e comissões auferidas com a prestação de serviços ao longo do período são apropriadas ao longo do mesmo período. Essas taxas incluem receita de comissão, corretagem e gerenciamento de ativos, custódia e outras taxas de gerenciamento, assessoria e administração e performance sobre fundos de investimento. Além delas, há também as receitas provenientes da carteira de varejo do Banco Pan, referentes a cadastro, saque e anuidade do cartão.

Receitas com garantias prestadas e taxas de compromissos de empréstimos em que o crédito provavelmente será usado - e outras taxas relacionadas ao crédito - são diferidas (junto com qualquer custo incremental) e reconhecidas como um ajuste à taxa de juros efetiva do empréstimo. Quando o uso do crédito de um compromisso de empréstimo não é provável, a receita com taxas de compromissos de empréstimos é reconhecida ao longo do prazo do compromisso utilizando o método linear.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Receitas com taxas de serviços de transação prestados:

Taxas decorrentes de negociações ou da participação em negociações com terceiros, como, por exemplo, contrato de aquisição de ações ou outros títulos ou a aquisição ou venda de um negócio, são reconhecidas ao término da transação que gerou a taxa. Taxas ou componentes de taxas que são provavelmente relacionadas com performance específica são reconhecidas depois de cumprir o critério específico para seu reconhecimento.

(iii) Receitas líquidas com instrumentos financeiros

Resultados que surgem de atividade de negociação incluem todos os ganhos e perdas das variações no valor justo e a receita ou despesa de juros e dividendos de ativos e passivos financeiros para negociação.

h. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento mantidas pelas subsidiárias do Banco, das quais a principal atividade é o setor imobiliário e são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Os ajustes a valor justo são apurados considerando o valor justo da propriedade menos os custos atribuídos a ele, e reconhecidos no resultado.

O valor justo das propriedades para investimento é determinado no mínimo anualmente, ou quando a Administração julgar relevante, e poderá utilizar avaliadores independentes capacitados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda.

i. Investimento em coligadas e controladas em conjunto

Investimentos em empresas coligadas e empresas com controle compartilhado incluem participações em empresas sobre as quais o Banco e suas controladas possuem influência significativa nas políticas operacionais e financeiras, também incluem empreendimento controlados em conjunto, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação do Banco e suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas são reconhecidas no “Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e controladas em conjunto” e a movimentação das reservas correspondentes do Patrimônio Líquido de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida em outros resultados abrangentes.

j. Imobilizado de uso

O imobilizado é contabilizado a custo, excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como alterações no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

valor contábil do ativo) é reconhecido em 'outras receitas operacionais' na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

k. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método contábil de aquisição. O método envolve reconhecer ativos (inclusive ativos intangíveis previamente não reconhecidos) e passivos (inclusive passivos contingentes e excluindo reestruturação futura) identificáveis do negócio adquirido ao valor justo. Em eventual combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve mensurar sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultados abrangentes, conforme apropriado. Ações emitidas e transferidas como parte de pagamento são mensuradas ao valor justo na data da emissão. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos é reconhecido como ágio. Se o custo de aquisição é menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis que foram adquiridos, o desconto na aquisição é reconhecido diretamente na demonstração do resultado no ano da aquisição.

O ágio adquirido em uma combinação de negócios é inicialmente contabilizado a custo, representando o excesso do custo da combinação de negócios sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda com redução ao valor recuperável acumulado. O ágio é revisado por redução ao valor recuperável anualmente, ou até mais frequentemente, se eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil possa estar abaixo do valor recuperável.

l. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são contabilizados ao custo incluindo ativos adquiridos e valor de software de computadores. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo possa ser mensurado confiavelmente e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados que são a ele atribuídos serão realizados.

As despesas de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida (de 5 a 10 anos) são reconhecidas na demonstração do resultado em IFRS em despesas administrativas, de acordo com sua vida útil. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, as quais são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo contabilizadas na demonstração do resultado em IFRS.

m. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Investimentos em coligadas e controladas em conjunto, e ativos que têm uma vida útil indefinida como os ágios não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de perda no valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perda no valor recuperável anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da perda no valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

n. Garantias financeiras prestadas

No curso ordinário dos negócios, o Banco e suas subsidiárias concedem garantias financeiras, por meio de cartas de crédito, garantias e fianças. Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras em IFRS (em 'outros passivos') pelo valor do prêmio e é amortizado pelo prazo do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o passivo é mensurado pelo maior valor entre o montante reconhecido inicialmente menos, quando apropriado, o valor da

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

amortização acumulada reconhecida no resultado, e a melhor estimativa dos custos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira gerada por essa garantia.

o. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

São reconhecidos no Balanço Patrimonial e/ou divulgados nas demonstrações financeiras de acordo com a estimativa de probabilidade para cada um dos itens indicados a seguir. Essas estimativas são realizadas pela administração tendo como base, inclusive, em interpretações de assessores jurídicos externos.

i. Provisões

Uma provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos e somente deve ser reconhecida no Balanço Patrimonial quando:

- há uma obrigação presente (legal ou não formalizada);
- a administração entende que é provável a saída de recursos para quitar a obrigação; e
- o valor pode ser estimado com confiabilidade.

ii. Passivos contingentes

Um passivo contingente é:

- uma obrigação possível cuja existência possa ser confirmada apenas na ocorrência de eventos futuros incertos; ou
- uma obrigação presente referente a qual não é provável a saída de recursos para quitar a obrigação ou que os valores não possam ser mensurados com confiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Banco, exceto se a probabilidade de saída de recursos seja remota.

Periodicamente os passivos contingentes são reavaliados para determinar se uma saída de recursos se torna provável. Se isso acontecer, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras do período em que ocorrer a mudança na estimativa da probabilidade.

iii. Ativos contingentes

Ativo contingentes é um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos.

Ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Banco quando for provável a entrada de benefícios econômicos para a entidade.

p. Impostos

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidas são calculadas sobre o valor das diferenças temporárias, sempre que a realização desses montantes for julgada provável. Para o imposto de renda (IRPJ), a partir de 1º de janeiro de 2022, a alíquota utilizada é de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240, e de 20% para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), majorada para 21% a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022 para bancos. Para as demais instituições financeiras, a alíquota nominal da CSLL é de 15% majorada para 16% no referido período.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação.

q. Dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de ações

Dividendos e juros sobre capital próprio de ações são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido quando aprovados pelos acionistas do Banco. Dividendos em datas interinas são deduzidos do patrimônio líquido quando declarados e não estão sujeitos à decisão futura do Banco.

r. Lucro por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais, pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

s. Informações por segmento

O IFRS 8 determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A Administração considera que o Banco possui apenas um segmento que está relacionado com o conjunto de atividades do Banco de investimentos e, portanto, nenhuma informação por segmento é divulgada.

t. Operações de arrendamento

O Banco é arrendatário, principalmente, de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades operacionais. O reconhecimento inicial, que ocorre na assinatura do contrato no grupo de “Passivos financeiros ao custo amortizado”, corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao ativo de direito de uso, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica “Resultado líquido com instrumentos financeiros” na Demonstração do Resultado.

u. Contratos de seguro

As mudanças conceituais, bem como os impactos na adoção do IFRS 17 estão descritas a seguir:

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação:
 - Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos de seguro sem participação direta;
 - Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses ou quando produza resultados semelhantes aos que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão. É mais simplificado que o modelo padrão;
 - Variable Fee Approach: aplicável a contratos de seguros com participação direta. Contratos de seguros que são substancialmente contratos de serviço relacionados a investimentos de acordo com os quais uma entidade promete um retorno de investimento com base nos itens subjacentes.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise dos seguintes itens:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

5. Gerenciamento de risco

O Gerenciamento de Riscos no BTG Pactual é realizado mediante o envolvimento de todas as instâncias de gestão e de controle da Instituição. O Conselho de Administração do Banco, nos termos da Resolução CMN 4.557/2017, é a instância responsável por fixar os níveis de apetite por riscos, aprovar e revisar as políticas, as estratégias e os limites de riscos, as políticas e as estratégias de gestão de capital, o programa de testes de estresse, a gestão da política de gestão da continuidade dos negócios, entre outras atividades. À Diretoria Executiva cabe formular políticas, definir diretrizes de riscos e supervisionar os processos de gestão e controles de riscos. Na sequência, há um conjunto de comitês e áreas de riscos, encarregados da execução de atividades de gestão e de controles de riscos.

Os principais comitês e áreas envolvidos em atividades de gestão de risco são: (i) Reunião de Diretoria, que define as políticas e os limites globais e é responsável pela gestão dos nossos riscos; (ii) Comitê de risco, que avalia a execução de políticas, a observância dos limites e conduz o monitoramento de risco; (iii) Comitê de risco e capital, composto por membros independentes que avaliam os resultados da gestão do risco e estratégias; (iv) Comitê de Novos produtos, que avalia a viabilidade e supervisiona a implementação de propostas de novos negócios e produtos; (v) área de Risco de Crédito, que é responsável pela aprovação de novas operações de crédito de acordo com a diretrizes estabelecidas pelo nosso Chief Risk Officer ("CRO"), (vi) área de Risco de Mercado, que é responsável pelo monitoramento do risco de mercado, incluindo a utilização de nossos limites de risco (VaR), e para a aprovação de exceções; (vii) área de Risco Operacional, que avalia os principais riscos operacionais frente às políticas internas estabelecidas e limites regulatórios; (viii) Comitê de Compliance, que é responsável por estabelecer regras de Anti Money Laundry ("AML") e relatar problemas potenciais que envolvem lavagem de dinheiro; (ix) CRO, que são responsáveis por monitorar o risco de liquidez, incluindo a posição de caixa e o gerenciamento da estrutura de capital; (x) Comitê de Auditoria, que é responsável pela verificação independente da adequação dos controles internos, e pela avaliação quanto à manutenção dos registros contábeis; (xi) área de Risco Socioambiental que avalia riscos socioambientais, de acordo com os princípios da relevância e da proporcionalidade, bem como administra e reduz impactos sociais e ambientais adversos resultantes de nossas operações e atividades; (xii) Comitê ESG que é responsável por supervisionar e gerenciar a implantação das políticas e das práticas ESG, dos processos e dos procedimentos de riscos sociais, ambientais e climáticos, garantindo a aderência do Banco a essas diretrizes.

Para o gerenciamento dos demais riscos, como liquidez, cybersecurity, IRRBB, risco país e de transferências e para prevenção a fraudes, o Banco conta também com estruturas próprias, igualmente independentes das áreas de negócios e de suporte corporativo.

O Banco monitora e controla a exposição ao risco através de uma variedade de sistemas internos distintos, porém complementares, de crédito, financeiro, operacional, compliance, impostos e legal. Acreditamos que o envolvimento dos comitês/áreas (incluindo suas subcomissões) com a gestão e com o controle contínuos dos riscos promove a cultura de

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

controle de risco rigoroso em toda a organização. As comissões do Banco são compostas de membros seniores das unidades de negócios e membros superiores dos departamentos de controle, os quais são independentes das áreas de negócio e de suporte corporativo. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site <https://ri.btgpactual.com/>, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Risco.

a. Limites operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido Consolidado (i)	76.910.156	57.466.518
Nível I	72.486.620	56.350.258
Capital Principal	65.950.614	53.817.135
Capital complementar	6.536.006	2.533.123
Nível II	17.857.366	15.313.148
Patrimônio de Referência (PR) - (a)	90.343.986	71.663.405
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	46.619.175	36.609.658
Exposição total ponderada pelo risco – (b)	582.739.693	457.620.722
Risco de Crédito	389.346.905	308.607.240
Risco Operacional	43.519.491	37.040.557
Risco de Mercado	149.873.297	111.972.925
Índice de Basileia - (a/b)	15,5%	15,7%
Capital de Nível I	12,4%	12,3%
Capital de Nível II	3,1%	3,4%
Índice de consumo de Imobilização	63,9%	81,3%
Limite para imobilização (LI)	45.171.993	35.831.703
Situação para o limite de imobilização	28.867.424	29.137.455
Valor da margem ou insuficiência	16.304.569	6.694.247

(i) Os limites são apurados com base no Consolidado Prudencial, conforme normas e princípios contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Conforme determinação do Banco Central do Brasil, há uma exigência mínima de Patrimônio de Referência (PR) de 10,50%, sendo 8,50% para o PR Nível I e 7,00% para o Capital Principal. A apuração de todos os limites e índices é realizada de forma consolidada, considerando a base de empresas que compõem o Conglomerado Prudencial.

Em 1 ° de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 356/2023, impactando o cálculo do Risco Operacional (RWAOpad) do Conglomerado. Ademais, a Resolução CMN nº 5.199/2024 estabeleceu um regime de implementação gradual para os efeitos das alterações no Patrimônio Líquido decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

O Banco optou pela abordagem do indicador básico para mensuração do Risco operacional.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro 2024, todos os limites prudenciais e operacionais foram plenamente atendidos.

b. Risco de mercado

Value at Risk (VaR) é uma medida de sensibilidade da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos do mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com testes de estresse, o VaR é utilizado para medir a exposição e sensibilidade de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado. O BTG Pactual aplica simulação histórica com total remensuração dos instrumentos para o cálculo do VaR, preservando as distribuições reais e a correlação entre os ativos, não fazendo uso de aproximações (greek approximations) e de distribuições normais. Nosso VaR pode ser medido e indicado de acordo com diferentes períodos, dados históricos e níveis de confiança. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada por meio de testes (back-testing) diários que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e os ganhos realizados e as perdas incorridas.

O VaR, apresentado abaixo, foi calculado para o período de um dia, nível de confiança de 95% e um ano de dado histórico. Nível de confiança de 95% significa que existe uma possibilidade, em vinte ocorrências, de que as receitas líquidas de negociação fiquem abaixo do VaR estimado. Dessa forma, déficits nas receitas líquidas de negociação em

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

um único dia de negociação maior que o *VaR* apresentados são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês.

Deficiências em um único dia podem exceder o *VaR* apresentado por montantes significantes; e podem ocorrer com mais frequência ou acumular ao longo de um período maior, como um número de dias consecutivos de negociação. Dada a sua dependência dos dados históricos, a precisão do *VaR* é limitada em sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado não podem produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Diferentes metodologias de *VaR* e estimativas de distribuição estatística podem produzir *VaR* substancialmente diferentes. Além disso, o *VaR* calculado para um período de um dia não captura o risco de mercado das posições que não podem ser liquidadas ou compensadas por hedges no prazo de um dia. Como foi referido anteriormente, nós usamos modelos nos testes de estresse como um complemento do *VaR* em nossas atividades diárias com exposição a riscos.

A tabela a seguir contém a média diária do *VaR* do Banco para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Em R\$ milhões	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Média diária do VaR	169,4	113,6

c. Risco de crédito

Todas as contrapartes do Banco e de suas controladas são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento do tomador, tendo por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes são estabelecidos e revisados periodicamente pela área de Risco de Crédito e, quando aplicável, revisados e aprovados pelo Conselho de administração, de acordo com as exposições correspondentes. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como operações de crédito, títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros.

As exposições máximas dos ativos financeiros segregados por região geográfica estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025				
	Brasil	Estados Unidos	Europa	Outros	Total
Ativo					
Disponibilidades	276.056	1.112.567	2.114.424	2.312.025	5.815.072
Instrumentos financeiros	569.882.307	40.048.692	23.066.514	74.898.497	707.896.010
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	220.437.689	19.539.345	12.160.909	24.436.093	276.574.036
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	51.250.618	-	-	8.161.052	59.411.670
Ativos financeiros ao custo amortizado	298.194.000	20.509.347	10.905.605	42.301.352	371.910.304
Aplicação no mercado aberto	73.723.432	148.293	3.198.351	1.019.908	78.089.984
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.467.569	6.681.553	4.005.434	1.033.158	13.187.714
Depósitos no Banco Central	27.203.415	-	-	-	27.203.415
Operações de crédito	137.876.782	12.075.482	3.639.834	35.196.505	188.788.603
Títulos e valores mobiliários	53.404.986	1.604.019	61.986	5.051.781	60.122.772
Outros créditos	4.517.816	-	-	-	4.517.816
Total	570.158.363	41.161.259	25.180.938	77.210.522	713.711.082

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2024				
	Brasil	Estados Unidos	Europa	Outros	Total
Ativo					
Disponibilidades	107.025	1.901.111	1.784.741	916.347	4.709.224
Instrumentos financeiros	445.253.180	27.848.971	23.153.107	63.585.310	559.840.568
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	165.078.483	16.684.522	19.617.552	21.637.946	223.018.503
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.732.772	-	-	-	2.732.772
Ativos financeiros ao custo amortizado	277.441.925	11.164.449	3.535.555	41.947.364	334.089.293
Aplicação no mercado aberto	88.698.187	3.005.977	50.068	945.054	92.699.286
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.244.473	2.959.473	878.034	1.049.134	7.131.114
Depósitos no Banco Central	26.360.667	-	-	-	26.360.667
Operações de crédito	114.977.264	5.198.999	2.607.453	32.503.787	155.287.503
Títulos e valores mobiliários	37.709.855	-	-	7.449.389	45.159.244
Outros créditos	7.451.479	-	-	-	7.451.479
Total	445.360.205	29.750.082	24.937.848	64.501.657	564.549.792

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

A tabela a seguir demonstra as principais exposições ao risco de crédito com base nos valores contábeis e categorizados por atividade econômica da contraparte:

31/12/2025										
	Governos	Instituições Financeiras	Serviços	Fundos de investimento	Pessoa Física	Indústria	Energia	Rural	Outros	Total
Ativo										
Disponibilidades	-	5.815.072	-	-	-	-	-	-	-	5.815.072
Instrumentos financeiros	57.931.791	266.036.143	42.449.476	91.545.505	87.979.581	36.278.203	18.355.366	3.827.888	103.492.057	707.896.010
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	5.299.173	122.469.494	14.842.390	64.980.136	2.183.165	5.150.223	12.370.087	198.563	49.080.805	276.574.036
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.982.295	56.493.793	-	-	-	2	-	-	935.580	59.411.670
Ativos financeiros ao custo amortizado	50.650.323	87.072.856	27.607.086	26.565.369	85.796.416	31.127.978	5.985.279	3.629.325	53.475.672	371.910.304
Aplicação no mercado aberto	41.192.035	7.694.032	301.758	24.627.286	5.331	-	812.807	-	3.456.735	78.089.984
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	13.187.714	-	-	-	-	-	-	-	13.187.714
Depósitos no Banco Central	-	27.203.415	-	-	-	-	-	-	-	27.203.415
Operações de crédito	1.068	26.099.463	17.033.296	1.938.083	82.627.060	24.149.529	4.051.000	1.278.947	31.610.157	188.788.603
Títulos e valores mobiliários	9.457.220	8.370.416	10.272.032	-	3.164.025	6.978.449	1.121.472	2.350.378	18.408.780	60.122.772
Outros créditos	-	4.517.816	-	-	-	-	-	-	-	4.517.816
Total	57.931.791	271.851.215	42.449.476	91.545.505	87.979.581	36.278.203	18.355.366	3.827.888	103.492.057	713.711.082

31/12/2024										
	Governos	Instituições Financeiras	Serviços	Fundos de investimento o	Pessoa Física	Indústria	Energia	Rural	Outros	Total
Ativo										
Disponibilidades	-	4.709.224	-	-	-	-	-	-	-	4.709.224
Instrumentos financeiros	150.022.012	124.108.516	41.851.691	46.046.753	74.152.890	47.639.158	10.534.096	3.362.327	62.123.125	559.840.568
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	42.692.333	61.275.090	20.991.625	42.345.329	1.819.290	18.217.918	5.599.133	426.489	29.651.296	223.018.503
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.732.772	-	-	-	-	-	-	-	-	2.732.772
Ativos financeiros ao custo amortizado	104.596.907	62.833.426	20.860.066	3.701.424	72.333.600	29.421.240	4.934.963	2.935.838	32.471.829	334.089.293
Aplicação no mercado aberto	81.579.676	8.216.054	404.343	2.158.787	20.658	52.519	109.732	-	157.517	92.699.286
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	6.950.518	-	178.558	-	-	-	-	2.038	7.131.114
Depósitos no Banco Central	-	26.360.667	-	-	-	-	-	-	-	26.360.667
Operações de crédito	571.036	10.142.598	18.541.790	1.246.312	69.483.989	23.429.942	3.992.757	905.522	26.973.557	155.287.503
Títulos e valores mobiliários	22.446.195	3.712.110	1.913.933	117.767	2.828.953	5.938.779	832.474	2.030.316	5.338.717	45.159.244
Outros créditos	-	7.451.479	-	-	-	-	-	-	-	7.451.479
Total	150.022.012	128.817.740	41.851.691	46.046.753	74.152.890	47.639.158	10.534.096	3.362.327	62.123.125	564.549.792

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

d. Análise de liquidez dos ativos

Em mercados voláteis ou quando a negociação de um título no mercado é prejudicada, a liquidez das posições da carteira do Banco pode ser reduzida. Nesses casos, o Banco pode não ser capaz de vender alguns ativos, o que afetaria adversamente sua capacidade de equilibrar sua carteira ou de atender a solicitações de resgate. Além disso, tais circunstâncias podem forçar o Banco a vender ativos a preços reduzidos, afetando adversamente seu desempenho. Se não houver outros participantes do mercado para vendê-los ao mesmo tempo, o Banco pode não ser capaz de vender esses ativos ou de evitar perdas referentes a eles. Se o Banco apurar perdas substanciais na negociação, a necessidade de liquidez poderia aumentar consideravelmente enquanto o seu acesso à liquidez poderia ser prejudicado. Juntamente com uma recessão no mercado, as contrapartes do Banco poderiam incorrer em perdas, enfraquecendo suas condições financeiras e aumentando o risco de crédito do Banco as mesmas.

De acordo com sua política, o Banco monitora regularmente sua posição de liquidez. A tabela abaixo resume a expectativa de fluxos de caixa para o Banco e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2025		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativo			
Disponibilidade	5.815.072	-	5.815.072
Instrumentos financeiros	494.452.409	213.443.601	707.896.010
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	206.449.862	70.124.174	276.574.036
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	55.890.207	3.521.463	59.411.670
Ativos financeiros ao custo amortizado	232.112.340	139.797.964	371.910.304
Aplicações no mercado aberto	78.048.434	41.550	78.089.984
Aplicações em depósitos interfinanceiros	13.187.714	-	13.187.714
Depósitos no Banco Central	27.203.415	-	27.203.415
Operações de crédito	94.696.421	94.092.182	188.788.603
Títulos e valores mobiliários	18.976.356	41.146.416	60.122.772
Outros créditos	-	4.517.816	4.517.816
Ativos fiscais - diferidos	-	9.607.437	9.607.437
Outros ativos	43.417.930	18.860.214	62.278.144
Investimento em coligadas e controladas em conjunto	-	10.488.632	10.488.632
Imobilizado	-	1.308.490	1.308.490
Direto de uso	-	865.992	865.992
Ativo intangível	-	11.041.742	11.041.742
Total do Ativo	543.685.411	265.616.108	809.301.519

	31/12/2024		
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Ativo			
Disponibilidade	4.709.224	-	4.709.224
Instrumentos financeiros	433.321.456	126.519.112	559.840.568
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	210.400.062	12.618.441	223.018.503
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.766.552	966.220	2.732.772
Ativos financeiros ao custo amortizado	221.154.842	112.934.451	334.089.293
Aplicações no mercado aberto	92.699.286	-	92.699.286
Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.131.114	-	7.131.114
Depósitos no Banco Central	26.360.667	-	26.360.667
Operações de crédito	77.444.223	77.843.280	155.287.503
Títulos e valores mobiliários	12.554.044	32.605.200	45.159.244
Outros créditos	4.965.509	2.485.970	7.451.479
Ativos fiscais - diferidos	-	7.286.418	7.286.418
Outros ativos	34.368.974	21.424.648	55.793.622
Investimento em coligadas e controladas em conjunto	-	9.542.276	9.542.276
Imobilizado	-	1.290.174	1.290.174
Direto de uso	-	249.921	249.921
Ativo intangível	-	10.471.109	10.471.109
Total do Ativo	472.399.654	176.783.658	649.183.312

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.

e. Risco de liquidez

O Banco e as suas controladas gerenciam o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade de crédito e de grande liquidez, utilizando recursos obtidos por meio de contrapartes de primeira linha a taxas competitivas. O Banco e as suas controladas mantêm uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou de reduzir alavancagem. As garantias nas operações são também monitoradas periodicamente.

A tabela abaixo resume o fluxo de caixa contratual para o Banco e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025		
	Abaixo de 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	30.064.146	15.273.167	45.337.313
Passivos financeiros ao custo amortizado	390.912.710	176.644.242	567.556.952
Captações no mercado aberto	192.352.182	9.442.995	201.795.177
Depósitos	136.466.446	39.700.584	176.167.030
Recursos de aceites e emissão de títulos	40.371.189	78.453.176	118.824.365
Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos	21.722.893	23.399.646	45.122.539
Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	25.647.841	25.647.841
Passivos fiscais	-	6.358.196	6.358.196
Obrigações diversas	60.326.865	9.961.574	70.288.439
Outros passivos	22.870.963	1.889.215	24.760.178
Obrigações Sociais e estatutárias	5.943.546	-	5.943.546
Provisão para passivos contingentes	-	7.907.029	7.907.029
Provisão de perda para fianças	-	856.314	856.314
Total do passivo	510.118.230	218.889.737	729.007.967

	31/12/2024		
	Abaixo de 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Passivo			
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	77.625.475	7.421.888	85.047.363
Passivos financeiros ao custo amortizado	270.040.302	143.010.136	413.050.438
Captações no mercado aberto	108.422.842	5.357.561	113.780.403
Depósitos	122.637.279	27.252.781	149.890.060
Recursos de aceites e emissão de títulos	33.223.579	73.949.843	107.173.422
Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos	5.756.602	17.570.638	23.327.240
Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívida elegíveis a capital	-	18.879.313	18.879.313
Passivos fiscais	-	8.201.527	8.201.527
Obrigações diversas	41.356.688	9.122.494	50.479.182
Outros passivos	12.302.289	1.692.548	13.994.837
Obrigações Sociais e estatutárias	4.723.915	-	4.723.915
Provisão para passivos contingentes	637.863	6.507.511	7.145.374
Provisão de perda para fianças	588.398	113.872	702.270
Total do passivo	407.274.930	176.069.976	583.344.906

f. Risco operacional

Alinhado às normas, às orientações do Bacen e aos conceitos e recomendações do Comitê de Basiléia, o BTG Pactual definiu política de gerenciamento do risco operacional aplicável ao Banco e às suas controladas no Brasil e no exterior.

A política consiste num conjunto de princípios, de processos, de procedimentos e de instrumentos que proporcionam a permanente adequação do gerenciamento do risco operacional ao porte, à natureza e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades, dos processos e dos sistemas do Banco.

O Banco e as suas controladas têm uma forte cultura de gestão do risco operacional, que se baseia na avaliação, no monitoramento, na simulação na mensuração e na validação do risco e está fundamentada em consistentes controles internos. Há um constante aprimoramento dos mecanismos de gestão e de controle do risco operacional, visando ao cumprimento das exigências normativas e das diretrizes dos órgãos reguladores, à adaptação rápida a mudanças e antecipação às tendências, entre as quais podemos destacar as novas propostas de revisão do Acordo de Basileia 3.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

g. Risco social, ambiental e climático

O BTG Pactual entende como riscos social, ambiental e climático: perdas financeiras ou danos à imagem e à reputação em decorrência de danos socioambientais. Inclui também a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas, direta ou indiretamente, por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou deve ser compensada; e por eventos associados a condições ambientais extremas, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

O BTG Pactual, na condução dos seus negócios, atividades e processos operacionais, assume compromissos com base em práticas de negócios responsáveis e sustentáveis, equilibrando os aspectos econômicos, financeiros, regulatórios, ambientais, sociais e climáticos nas suas operações. Acreditamos que práticas comerciais sólidas e responsabilidade empresarial são fundamentos de longo prazo que devem ser aplicados diariamente para gerar valor aos acionistas e aos clientes por meio de crescimento sustentável no longo prazo.

Para informações atualizadas sobre gerenciamento dos mencionados riscos e a respeito de nossa Agenda de Sustentabilidade, consulte os nossos relatórios anuais publicados na página de RI, assim como a nossa página ESG.

6. Disponibilidades

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	5.815.072	4.709.224
Total	5.815.072	4.709.224

O saldo dessa rubrica refere-se basicamente a depósitos no exterior em bancos.

7. Ativos e Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

a. Resumo

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Títulos e valores mobiliários	230.039.528	136.107.463
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.188.829
Instrumentos financeiros derivativos	46.534.508	85.722.211
Total	276.574.036	223.018.503
Passivo	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros derivativos	45.337.313	81.650.273
Empréstimo de ações	-	3.397.090
Total	45.337.313	85.047.363

b. Títulos e valores mobiliários:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo amortizado	Mercado	Custo amortizado	Mercado
Títulos Públicos	106.285.530	108.999.603	47.389.012	45.940.088
Títulos Privados	119.124.495	121.039.925	89.587.761	90.167.374
Total	225.410.025	230.039.528	136.976.774	136.107.463

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.

c. Empréstimos e adiantamentos a clientes

	Valor de mercado	
	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e adiantamentos a clientes (i)	-	1.188.829

(i) Refere-se a posições consideradas no modelo de negócios de cessão de carteiras, basicamente oriundas do Banco Pan. Em 31 de dezembro de 2025, não havia posições nesse modelo de negócios, considerando a estratégia do Banco Pan de maior retenção de sua carteira de crédito.

d. Instrumentos financeiros derivativos

O Banco e as suas controladas participam ativamente de operações de intermediação de risco envolvendo instrumentos financeiros derivativos, atendendo a necessidades próprias e de seus clientes, no intuito de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moedas e de taxas de juros. Alguns instrumentos financeiros derivativos podem estar associados a operações com títulos e valores mobiliários ou, ainda, com direitos e obrigações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de políticas rígidas de controle, do estabelecimento de estratégias, da determinação de limites, entre outras técnicas de gerenciamento e de monitoramento. Os limites de exposição a riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, com base nas políticas mencionadas anteriormente.

As operações no Brasil são negociadas e registradas ou custodiadas na B3 S.A. Quando são realizadas no exterior, em corretoras de primeira linha. O Grupo BTG Pactual utiliza diferentes instrumentos financeiros para hedge econômico, tais como, opção, termo, futuro e swap com ajustes periódicos. A utilização desses instrumentos tem o objetivo de constituir hedge das posições de tesouraria em mercados, visando adequar o nível de risco existente na carteira aos limites de exposição previstos, sempre que os comitês/áreas de gestão e de monitoramento de riscos considerem necessários.

- Hedge de investimento líquido em operações no exterior

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a estratégia de *hedge* investimento líquido do BTG Pactual no exterior consiste em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, proveniente da moeda funcional da operação no exterior em relação ao real, moeda funcional do Banco.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixa futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Banco utiliza contratos de futuro, ativos financeiros e contratos de *forward* ou contratos de NDF (*Non Deliverable Forward*) contratados por nossas subsidiárias no exterior.

	31/12/2025		
	Instrumento de hedge		Objeto do hedge (ii)
	Valor nominal	Variação do valor justo (i)	
Hedge de investimento líquido em operações no exterior	27.833.788	2.740.249	(2.747.385)

	31/12/2024		
	Instrumento de hedge		Objeto do hedge (ii)
	Valor nominal	Variação do valor justo (i)	
Hedge de investimento líquido em operações no exterior	26.272.304	(4.660.547)	4.656.280

(i) Registrado no resultado abrangente do período / exercício.

(ii) Considera tanto os valores de variação cambial sobre ativos e passivos consolidados de operações no exterior, quanto a variação cambial sobre investimentos, registrados no resultado abrangente do período / exercício.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Hedge de valor justo

O BTG Pactual adota a estratégia de hedge de valor justo, que consiste em refletir contabilmente os efeitos econômicos de proteção desejados. A exposição prefixada é proveniente das atividades de Financiamentos e Créditos Estruturados nas quais o Banco opera com seus clientes por intermédio da área de Corporate Lending e das características e da prática do mercado brasileiro.

Além disso, para financiar todas as linhas de negócio do BTG Pactual, são realizadas captações por meio de instrumentos de dívida indexados principalmente a percentuais do DI, ao IPCA e a taxas prefixadas, que consequentemente necessitam de proteção contra às variações do mercado. Os principais objetos protegidos por meio desta estratégia são Certificados de Depósito Bancário - CDB, Letras Financeiras - LF, Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Letras de Crédito Imobiliário – LCI e Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.

Os instrumentos designados para a relação de hedge, por sua vez, são futuros de DI e IPCA (DAP) e Swaps.

31/12/2025			
Instrumento de hedge			
	Valor nominal	Mercado	Objeto do hedge
Hedge de valor justo	52.428.258	(1.649.751)	1.744.116

31/12/2024			
Instrumento de hedge			
	Valor nominal	Mercado	Objeto do hedge
Hedge de valor justo	(17.627.349)	(2.362.417)	2.484.459

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2023, houve revogação de estratégias de hedge, cujas parcelas efetivas eram de R\$ 265.926 e R\$ 155.021, respectivamente, estão sendo diferidas no resultado de acordo com os prazos dos objetos de hedge.

Instrumentos financeiros derivativos por contraparte (nocional)

	31/12/2025					31/12/2024
	Câmara de liquidação / bolsa de valores	Instituições Financeiras e Fundos	Empresas	Pessoas Físicas	Total	Total
Mercado futuro						
Posição comprada	348.265.495	-	-	-	348.265.495	227.306.950
Posição vendida	301.368.448	-	-	-	301.368.448	306.889.945
Swap						
Posição ativa	139.749.789	29.433.731	102.050.606	1.665.695	272.899.821	430.025.733
Posição passiva	167.667.984	8.279.678	94.807.785	123.127	270.878.574	425.912.555
Derivativos de crédito						
Posição ativa	-	23.476.215	-	-	23.476.215	12.130.040
Posição passiva	-	1.122.628	-	-	1.122.628	8.978.625
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	-	80.611.035	118.551.811	837.324	200.000.170	183.470.027
Posição passiva	-	58.571.601	103.963.980	194.433	162.730.014	183.666.644
Operações a Termo						
Posição ativa	-	8.711.668	6.472.556	96.823	15.281.047	1.541.208
Posição passiva	-	9.836.022	9.070.989	3.171	18.910.182	1.460.431
Mercado de opções						
Posição ativa	-	751.104.944	120.282.291	2.261.723	873.648.958	291.106.971
Posição passiva	-	752.194.144	99.894.924	2.770.548	854.859.616	277.238.931
Contratos de Câmbio						
Posição ativa	-	88.635.868	6.719.439	193.502	95.548.809	-
Posição passiva	-	71.106.109	2.284.215	130.472	73.520.796	-
Posição ativa	488.015.284	981.973.461	354.076.703	5.055.067	1.829.120.515	1.145.580.929
Posição passiva	469.036.432	901.110.182	310.021.893	3.221.751	1.683.390.258	1.204.147.131

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

- Por valor de custo e mercado:

	31/12/2025					31/12/2024
	Custo	Mercado	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Mercado
Futuros						
Posição ativa	955.434	955.434	624.433	100.769	230.232	-
Posição passiva	586.337	586.337	568.112	17.061	1.164	-
Swaps						
Posição ativa	5.803.406	5.877.526	520.783	1.087.199	4.269.544	6.905.986
Posição passiva	3.565.144	2.627.113	490.841	246.245	1.890.027	2.851.490
Derivativos de crédito						
Posição ativa	956.919	1.419.471	1.229	12.166	1.406.076	1.148.626
Posição passiva	286.827	324.049	716	3.222	320.111	281.512
Contratos a termo - NDF						
Posição ativa	19.801.835	20.354.239	5.803.214	3.125.638	11.425.387	7.972.761
Posição passiva	19.391.688	19.524.406	4.980.092	2.705.172	11.839.142	8.931.979
Operações a termo						
Posição ativa	10.743.378	10.717.612	10.652.809	52.978	11.825	1.589.854
Posição passiva	11.588.341	11.578.698	11.046.549	485.806	46.343	1.462.148
Mercado de opções						
Posição ativa	4.208.712	6.113.233	3.214.230	1.490.953	1.408.050	8.493.847
Posição passiva	8.020.663	9.543.210	7.163.464	1.213.606	1.166.140	7.419.521
Mercado de câmbio						
Posição ativa	1.306.590	1.096.994	996.512	44.652	55.830	-
Posição passiva	1.135.245	1.153.500	1.116.861	26.399	10.240	-
Posição ativa	43.776.274	46.534.509	21.813.209	5.914.355	18.806.944	26.111.074
Posição passiva	44.574.245	45.337.313	25.366.636	4.697.511	15.273.167	20.946.650

- Instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de compensação e patrimoniais (nocional):

	31/12/2025				31/12/2024
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Mercado futuro					
Posição comprada	164.654.221	60.074.972	123.536.302	348.265.495	227.306.950
Moeda	424.936	28.647	-	453.583	769.785
Taxa de juros	146.982.518	56.477.255	122.812.481	326.272.254	195.498.937
Commodities	13.940.467	3.569.070	723.821	18.233.358	27.725.090
Índices	3.306.300	-	-	3.306.300	3.313.138
Posição vendida	167.176.948	31.816.368	102.375.132	301.368.448	306.889.945
Moeda	19.230.238	-	-	19.230.238	13.433.529
Taxa de juros	138.696.215	26.613.454	101.294.255	266.603.924	279.924.546
Commodities	8.701.716	5.202.914	1.080.877	14.985.507	10.473.393
Índices	548.779	-	-	548.779	3.058.477
Swap					
Posição ativa	114.114.527	30.852.194	127.933.100	272.899.821	430.025.733
Moeda	806.863	4.545	734.590	1.545.998	26.713.558
Taxa de juros	106.511.688	29.421.269	114.384.760	250.317.717	393.309.917
Commodities	274.232	126.704	89.981	490.917	831.790
Índices	4.099.275	7.502	5.042.136	9.148.913	4.036.903
Ação	2.422.469	1.292.174	7.681.633	11.396.276	5.133.565
Posição passiva	157.737.248	24.196.208	88.945.118	270.878.574	425.912.555
Moeda	415.119	-	1.136.087	1.551.206	25.093.525
Taxa de juros	133.328.830	21.235.633	86.570.963	241.135.426	392.593.537
Commodities	22.766.988	1.269.956	187.519	24.224.463	728.925
Índices	191.695	48.541	831.427	1.071.663	2.825.785
Ação	1.034.616	1.642.078	219.122	2.895.816	4.670.783
Derivativos de crédito					
Posição ativa	296.689	800.599	22.378.927	23.476.215	12.130.040
Soberano	-	-	627.274	627.274	1.882.459
Corporativo	296.689	800.599	21.751.653	22.848.941	10.247.581
Posição passiva	55.024	82.860	984.744	1.122.628	8.978.625
Soberano	55.024	82.860	-	137.884	646.854
Corporativo	-	-	984.744	984.744	8.331.771
Contratos a termo - NDF					
Posição ativa	126.897.498	29.721.147	43.381.525	200.000.170	183.470.027
Moeda	110.831.072	18.893.174	7.688.899	137.413.145	136.179.652
Commodities	16.066.426	10.827.973	35.692.626	62.587.025	15.952.296
Taxa de juros	-	-	-	-	31.338.079
Posição passiva	86.868.011	26.022.546	49.839.457	162.730.014	183.666.644
Moeda	74.461.762	19.938.488	21.275.379	115.675.629	136.374.974
Commodities	12.406.249	6.084.058	28.564.078	47.054.385	15.953.591
Taxa de juros	-	-	-	-	31.338.079
Operações a termo					
Posição ativa	13.133.969	930.585	1.216.493	15.281.047	1.541.208
Taxa de juros	7.941	-	-	7.941	83.746
Commodities	4.039.658	898.471	1.213.039	6.151.168	866.241
Títulos Públicos	8.517.801	-	-	8.517.801	279.731
Ação	568.569	32.114	3.454	604.137	311.490
Posição passiva	15.256.617	3.616.244	37.321	18.910.182	1.460.431
Taxa de juros	9.244	-	-	9.244	83.851
Commodities	5.413.789	3.616.244	37.321	9.067.354	822.732
Títulos Públicos	9.833.584	-	-	9.833.584	279.671
Ação	-	-	-	-	274.177

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Opções					
Posição ativa	716.582.586	149.201.776	7.864.596	873.648.958	291.106.971
Compras de Opções de Compra	89.455.683	38.453.365	6.925.424	134.834.472	104.816.083
Moeda	73.696.906	14.681.111	1.275.461	89.653.478	71.720.133
Taxa de juros	3.251.212	378.140	-	3.629.352	965.938
Commodities	3.413.960	178.432	710.263	4.302.655	2.763.142
Índices	1.075.250	282.768	2.565.109	3.923.127	12.690.932
Ação	8.018.355	22.932.914	2.374.591	33.325.860	16.675.938
Compras de Opções de Venda	627.126.903	110.748.411	939.172	738.814.486	186.290.888
Moeda	5.706.568	3.924.145	158.325	9.789.038	6.322.378
Taxa de juros	617.125.922	96.195.553	-	713.321.475	65.449.370
Commodities	39.566	-	-	39.566	96.061
Índices	466.375	900	-	467.275	101.580.764
Ação	3.788.472	10.627.813	780.847	15.197.132	12.842.315
Posição passiva	717.784.720	133.070.553	4.004.343	854.859.616	277.238.931
Vendas de Opções de Compra	82.849.250	32.192.435	2.351.269	117.392.954	102.386.948
Moeda	65.696.964	11.846.205	1.369.158	78.912.327	78.508.506
Taxa de juros	4.457.467	379.909	-	4.837.376	844.659
Commodities	5.394.921	176.003	5.695	5.576.619	3.957.948
Índices	1.363.917	1.003.132	314.097	2.681.146	5.151.860
Ação	5.935.981	18.787.186	662.319	25.385.486	13.923.975
Vendas de Opções de Venda	634.935.470	100.878.118	1.653.074	737.466.662	174.851.983
Moeda	3.488.828	2.906.153	306.805	6.701.786	2.450.853
Taxa de juros	626.780.672	96.196.238	-	722.976.910	65.710.845
Commodities	416.451	-	-	416.451	21.565
Índices	701.586	157.110	231.785	1.090.481	102.859.769
Ação	3.547.933	1.618.617	1.114.484	6.281.034	3.808.951
Contratos de câmbio					
Posição ativa	69.706.980	20.050.282	5.791.547	95.548.809	-
Compra de moeda estrangeira	19.843.044	5.137.487	5.782.652	30.763.183	-
Venda de moeda estrangeira	49.863.936	14.912.795	8.895	64.785.626	-
Posição passiva	59.040.549	14.237.324	242.923	73.520.796	-
Compra de moeda estrangeira	28.626.167	11.544.094	242.923	40.413.184	-
Venda de moeda estrangeira	30.414.382	2.693.230	-	33.107.612	-
Posição ativa	1.205.386.470	291.631.555	332.102.490	1.829.120.515	1.145.580.929
Posição passiva	1.203.919.117	233.042.103	246.429.038	1.683.390.258	1.204.147.131

e. Reclassificação de ativos financeiros

A Administração classifica os ativos financeiros de acordo com os modelos de negócios definidos em conformidade com as estratégias de suas mesas de negociação.

Desde a revisão dos modelos de negócio, realizada pela Administração no início do período em 1º de janeiro de 2025 e apresentada na Nota 3.f, não houve outras reclassificações de modelos de negócio no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

8. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Títulos públicos federais	57.308.152	57.077.165	2.440.031	2.443.899
Letras Financeiras do Tesouro	49.890.725	49.682.347	1.666.976	1.666.787
Notas do Tesouro Nacional	1.536.811	1.537.936	773.055	777.112
Títulos de governos estrangeiros	5.880.616	5.856.882	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	180.263	191.503	-	-
Corporate Bond	2.337.787	2.305.145	-	-
Outros	115	117	289.155	288.873
Subtotal	59.826.317	59.573.930	2.729.186	2.732.772
Perda esperada	(162.260)	(162.260)	-	-
Total	59.664.057	59.411.670	2.729.186	2.732.772

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

9. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos financeiros são apurados conforme segue:

- Swaps – seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base em preços observados em negociações na B3 S.A., de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de swaps de moeda, swaps de taxas de juros e swaps com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas etc.).
- Futuros e Termos – cotações em bolsas ou utilizando critérios idênticos ao acima descritos para swaps.
- Opções – os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos (como Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Todos estes dados são obtidos utilizando-se diferentes fontes (normalmente preços de *brokers* e corretoras, Bloomberg, Reuters).
- Derivativos de crédito – os valores justos de tais instrumentos são apurados com base em modelos matemáticos consagrados de mercado que são alimentados com dados de spread de crédito do emissor e curva de rentabilidade da taxa de juros. Tais dados são obtidos utilizando-se diferentes fontes (normalmente preços de mercado, Bloomberg, Reuters).
- Títulos e valores mobiliários – os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nos preços divulgados pela ANBIMA. Os valores justos dos títulos das dívidas de empresas são calculados com base nos preços do mercado secundário, no preço de ativos semelhantes e na visibilidade de mercado que as áreas comerciais da Companhia têm. As ações são calculadas com base nos preços fornecidos pela B3 (bolsa de valores brasileira). As cotas de fundos são valorizadas considerando os preços das cotas divulgadas pelo custodiante.
- Ativos financeiros avaliados ao valor justo – estimamos os valores justos dos instrumentos financeiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco.

Apresentamos abaixo um resumo da hierarquia de precificação dos ativos e passivos a valor justo, classificados de acordo com metodologia de precificação adotada pelo Banco:

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	207.815.360	23.703.755	45.054.921	276.574.036
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	59.381.335	-	30.335	59.411.670
Passivo				
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	13.766.861	15.362.220	16.208.232	45.337.313
	31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	103.803.349	101.001.764	18.213.390	223.018.503
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.552.091	180.681	-	2.732.772
Passivo				
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado	9.612.361	72.117.422	3.317.580	85.047.363

Não ocorreram reclassificações entre os níveis 1, 2 e 3 durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

10. Aplicações no mercado aberto

Os valores apresentados abaixo são basicamente operações de curto prazo, indexado a taxas referenciais de juros do mercado local ou estrangeiro.

	31/12/2025	31/12/2024
Posição bancada	26.921.270	26.504.341
Posição financiada	19.356.878	55.127.207
Posição vendida	31.811.836	11.067.738
Total	78.089.984	92.699.286

11. Aplicações em depósitos interfinanceiros

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos interfinanceiros	1.472.496	1.481.621
Aplicações em moedas estrangeiras - overnight	11.715.218	5.649.493
Total	13.187.714	7.131.114

12. Operações de crédito

a. Composição da carteira e da perda esperada

A composição da rubrica Operações de Crédito e recebíveis está demonstrada na tabela a seguir:

	31/12/2025		
	Saldo	Provisão	Total
Empréstimos	133.652.911	(5.340.402)	128.312.509
Financiamentos	49.170.450	(6.024.438)	43.146.012
FINAME/BNDES	7.393.681	(26.458)	7.367.223
Operações com características de concessão de crédito	5.333.769	(262.087)	5.071.682
Adiantamento de contratos de câmbio	5.226.110	(43.177)	5.182.933
Financiamento de títulos e valores mobiliários	28.515	-	28.515
Subtotal	200.805.436	(11.696.562)	189.108.874
Ajuste ao valor de mercado (i)	(320.271)	-	(320.271)
Total	200.485.165	(11.696.562)	188.788.603

(i) Contemplam contratos que são objeto de hedge contábil.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

	31/12/2024		
	Saldo	Provisão	Total
Empréstimos	113.128.710	(5.262.576)	107.866.134
Financiamentos	34.531.760	(2.182.888)	32.348.872
FINAME/BNDES	6.686.031	(20.836)	6.665.195
Operações com características de concessão de crédito	4.184.392	(52.966)	4.131.426
Adiantamento de contratos de câmbio	5.235.437	(45.263)	5.190.174
Financiamento de títulos e valores mobiliários	1.004.617	-	1.004.617
Créditos cedidos com coobrigação	6.880	(6.670)	210
Subtotal	164.777.827	(7.571.199)	157.206.628
Ajuste ao valor de mercado (i)	(1.919.125)	-	(1.919.125)
Total	162.858.702	(7.571.199)	155.287.503

(i) Contemplam contratos que são objeto de hedge contábil.

b. Movimentação da perda esperada por estágios

Movimentação perda esperada	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2024	(4.271.202)	(760.740)	(2.539.257)	(7.571.199)
Transferidos para o Estágio 1	-	324.741	155.932	480.673
Transferidos para o Estágio 2	835.444	-	219.357	1.054.801
Transferidos para o Estágio 3	718.811	1.868.708	-	2.587.519
Oriundos do Estágio 1	-	(835.444)	(718.811)	(1.554.255)
Oriundos do Estágio 2	(324.741)	-	(1.868.708)	(2.193.449)
Oriundos do Estágio 3	(155.932)	(219.357)	-	(375.289)
Entradas / (saídas) de operações em 2025	695.773	(1.713.431)	(3.107.705)	(4.125.363)
Saldo em 31/12/2025	(2.501.847)	(1.335.523)	(7.859.192)	(11.696.562)

Movimentação perda esperada	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31/12/2023	(4.667.892)	(974.648)	(1.198.965)	(6.841.505)
Transferidos para o Estágio 1	-	4.646	2.633	7.279
Transferidos para o Estágio 2	329.719	-	3.428	333.146
Transferidos para o Estágio 3	1.488.623	385.505	-	1.874.128
Oriundos do Estágio 1	-	(329.719)	(1.488.623)	(1.818.342)
Oriundos do Estágio 2	(4.646)	-	(385.505)	(390.151)
Oriundos do Estágio 3	(2.633)	(3.428)	-	(6.061)
Entradas / (saídas) de operações em 2024	(1.414.373)	156.904	527.775	(729.694)
Saldo em 31/12/2024	(4.271.202)	(760.739)	(2.539.257)	(7.571.199)

c. Perdas esperadas de risco de crédito

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais do exercício	(7.571.199)	(6.841.505)
Reversão/(constituição) de provisão de perdas esperadas	(6.401.103)	(3.235.997)
Baixa contra provisão	2.275.740	2.506.303
Saldos finais do exercício	(11.696.562)	(7.571.199)

d. Renegociação e Reestruturação

As operações de crédito reestruturadas entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025 representam o montante de: R\$ 237.272 (R\$ 831.282 – no mesmo período de 2024).

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

13. Títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos	29.333.426	16.976.656
Cédula de produto rural	10.926.138	8.086.243
Corporate Bond	2.180.105	1.958.519
Debêntures	6.102.160	7.199.813
Notas Comerciais	11.847.624	10.604.237
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	179.608	125.773
Certificado de Recebíveis Imobiliários	677.330	427.443
Time Deposit	85.845	-
Outros	58.650	-
Subtotal	61.390.886	45.378.685
Provisão para perdas esperadas	(1.268.114)	(219.441)
Total	60.122.772	45.159.244

14. Passivos financeiros ao custo amortizado

a. Resumo

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos	176.167.030	149.890.060
Captações no mercado aberto	201.795.177	113.780.403
Recursos de aceites e emissões de títulos	118.824.365	107.173.422
Obrigações por empréstimos, repasses e arrendamentos	45.122.539	23.327.240
Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívida elegíveis a capital	25.647.841	18.879.313
Total	567.556.952	413.050.438

b. Depósitos

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos à vista	10.629.088	10.228.776
Depósitos interfinanceiros	5.027.622	4.629.006
Depósitos a prazo	160.568.752	135.114.943
Outros depósitos	645	9.450
Subtotal	176.226.107	149.982.175
Ajuste ao valor de mercado (i)	(59.077)	(92.115)
Total	176.167.030	149.890.060

(i) Considera os ajustes a valor de mercado dos objetos de hedge contábil de valor justo.

c. Captações no mercado aberto

	31/12/2025	31/12/2024
Carteira própria	150.478.095	46.412.647
Títulos públicos federais	117.036.189	25.694.592
Títulos privados	12.487.211	16.291.440
Títulos da dívida externa brasileira	20.954.695	4.426.615
Carteira de terceiros	19.866.958	54.863.056
Carteira livre movimentação	31.450.124	12.504.700
Total	201.795.177	113.780.403

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

d. Recursos de aceites e emissões

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos e valores mobiliários – país	104.962.574	88.868.785
Letras financeiras	68.127.118	57.155.244
Letras de crédito imobiliários/agronegócio	16.244.162	13.710.635
Certificados de operações estruturadas	5.737.395	4.587.679
Certificados de recebíveis do agronegócio	4.958.476	4.795.322
Certificados de direitos creditórios do agronegócio	8.888.743	8.619.905
Debêntures	1.006.680	-
Títulos e valores mobiliários – exterior	14.546.713	20.052.644
Medium term notes	13.142.590	19.151.452
Credit linked notes and others	1.404.123	901.192
Subtotal	119.509.287	108.921.429
Ajuste ao valor de mercado (i)	(684.922)	(1.748.007)
Total	118.824.365	107.173.422

(i) Considera os ajustes a valor de mercado dos objetos de hedge contábil de valor justo.

e. Obrigações por empréstimos e repasses

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos no exterior	33.783.648	13.857.529
Obrigações em moedas estrangeiras	3.740.731	11.342.948
Obrigações por empréstimos no exterior	30.042.917	2.514.581
Empréstimos e repasses no país	10.573.664	9.542.246
Operações de arrendamento	944.112	291.015
Subtotal	45.301.424	23.690.790
Ajuste ao valor de mercado (i)	(178.885)	(363.550)
Total	45.122.539	23.327.240

(i) Considera os ajustes a valor de mercado dos objetos de hedge contábil de valor justo.

f. Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital

	31/12/2025	31/12/2024
Nome do papel - moeda original		
Letras financeiras subordinadas elegíveis a capital – BRL (i)	24.267.116	19.235.593
Notas subordinadas – CLP	2.001.693	604.555
Subtotal	26.268.809	19.840.148
Ajuste ao valor de mercado (ii)	(620.968)	(960.835)
Total	25.647.841	18.879.313

(i) Letras financeiras possuem data de emissão, vencimentos, taxas e valor principal distintos, com amortizações semestrais.

(ii) Considera os ajustes a valor de mercado dos objetos de hedge contábil de valor justo.

15. Outros ativos

A composição desta rubrica está demonstrada na tabela a seguir:

a. Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais (i)	4.941.997	6.125.800
Imposto a compensar	3.478.434	3.909.360
Devedores diversos - país (i) / (ii)	12.589.898	12.354.000
Serviços prestados a receber	600.767	359.238
Direitos sobre venda de energia (i)	2.345.118	1.619.741
Taxa de administração e performance de fundos e carteiras de investimento	2.313.276	1.599.710
Dividendos e bonificações	145.600	165.398
Despesas antecipadas	1.939.692	1.958.772
Negociação de intermediação de valores	15.342.427	11.327.050
Títulos e créditos a receber (i)	9.934.883	7.856.223
Commodities / estoque	7.255.058	3.995.127
Diversos	1.390.994	4.523.203
Total	62.278.144	55.793.622

(i) As rubricas acima são classificadas e mensuradas a custo amortizado. Entretanto, para fins de formato de apresentação, optamos por manter no grupo de Custo amortizado do balanço patrimonial, apenas o que é referente à operação do banco.

(ii) Substancialmente, corresponde a valores a receber decorrentes de vendas a prazo de commodities.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.

16. Investimento em coligadas e controladas em conjunto

Coligadas e empresas com controle compartilhado							
	Patrimônio líquido		Lucro Líquido / (Prejuízo)		Participação		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Too Seguros S.A.	674.786	608.674	483.678	454.769	51,00%	51,00%	
Pan Corretora S.A.	41.966	35.141	54.251	45.151	51,00%	51,00%	
LLZ Solução Cobrança S.A.	277.801	203.812	47.740	54.436	49,00%	49,00%	

	31/12/2024	Aquisição / Aporte / Transferência / (Vendas)	Dividendos / Juros sobre capital próprio	Resultado de Participação (ii)	Variação Cambial	Ajuste de avaliação patrimonial	31/12/2025	Resultado de Participação de 31/12/2024
Too Seguros S.A.	326.415	-	(238.427)	256.025	-	128	344.141	212.953
Pan Corretora S.A.	17.923	-	(24.187)	27.668	-	-	21.404	23.027
LLZ Solução Cobrança S.A.	99.868	12.861	-	23.393	-	-	136.122	26.674
Outros (i) (iii)	9.098.070	970.626	(403.327)	577.028	(268.234)	12.803	9.986.965	1.108.850
Total	9.542.276	983.487	(665.941)	884.114	(268.234)	12.931	10.488.632	1.371.504

(i) O saldo da rubrica em questão é composto pelos saldos referentes às seguintes participações: 49,90% LSMC Cursos e Treinamentos S.A., 49,90% EQI Investimentos, 24,02% - Eneva, 35,50% - Meren Energy Inc., 17,94% CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A., 50% Polígono Holding S.A., 35,7% Systemica Inteligência em Sustentabilidade S.A., 40% Market Makers., e 50% Specialized Multifamily Partners GP.

(ii) Inclui ganhos decorrentes de variação de percentual de participação apurados na equivalência patrimonial do período.

(iii) Os investimentos em coligadas que são companhias abertas, no Brasil ou no exterior, são apresentados na rubrica de “Outros”, uma vez que as informações relativas aos seus resultados devem ser divulgadas por meio de suas respectivas demonstrações financeiras e canais próprios de relacionamento com investidores, de forma a preservar a igualdade de acesso às informações pelo mercado. Adicionalmente, no período findo em 31 de dezembro de 2025, a participação na entidade BTG Pactual Holding S.A.R.L. foi sucedida pelo investimento na Meren Energy Inc. (companhia listada no exterior, anteriormente denominada Africa Oil Corp).

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.

17. Ativo intangível

	Movimentação do Intangível				31/12/2024
	31/12/2023	Aquisições / Transferência / Baixa	Amortizações (i)	Variação cambial	
Ágio	8.622.957	452.369	-	-	9.075.326
Intangível	3.870.727	847.994	-	166.328	4.885.049
Amortização acumulada	(2.804.658)	393.093	(1.033.518)	(44.183)	(3.489.266)
Total	9.689.026	1.693.456	(1.033.518)	122.145	10.471.109

	Movimentação do Intangível				31/12/2025
	31/12/2024	Aquisições / Transferência / Baixa	Amortizações (i)	Variação cambial	
Ágio	9.075.326	238.035	-	-	9.313.361
Intangível	4.885.049	1.999.424	-	(28.730)	6.855.743
Amortização acumulada	(3.489.266)	(633.005)	(1.025.600)	20.509	(5.127.362)
Total	10.471.109	1.604.454	(1.025.600)	(8.221)	11.041.742

(i) O prazo de amortização médio do intangível é de 5 anos.

O teste de recuperabilidade do ágio (impairment test) foi realizado com base em informações (priorizando aquelas que são públicas quando disponíveis) e projeções aplicáveis na data-base de 31 de dezembro de 2025. Para fins de determinação do valor recuperável, foram estimados os fluxos de caixa futuros das unidades geradoras de caixa às quais o ágio está alocado, descontados a valor presente para apuração do valor em uso.

Com base nas análises realizadas, a Administração concluiu que não há indicativos de perda no valor recuperável do ágio. Dessa forma, não foi identificado impairment nas datas-base de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

18. Passivos fiscais

	31/12/2025	31/12/2024
Diferidos	1.541.832	2.137.572
Contribuição social e imposto de renda diferidos	1.541.832	2.137.572
Correntes	4.816.364	6.063.955
Impostos e contribuições a recolher	861.392	632.806
Impostos e contribuições a pagar	3.954.972	5.431.149
Total	6.358.196	8.201.527

19. Obrigações diversas

	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações por aquisição de bens e direitos	319.515	309.344
Provisão para pagamentos a efetuar	1.450.438	2.075.451
Credores diversos e Receitas antecipadas (i)	68.518.486	48.094.387
Total	70.288.439	50.479.182

(i) Corresponde substancialmente a provisões matemáticas relacionadas aos produtos de seguros, vida e previdência ofertados pelo grupo.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

20. Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Transações de pagamento (i)	7.690.106	7.446.162
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores (ii)	14.672.788	6.001.124
Liquidações pendentes	623.154	517.028
Outros	1.774.132	30.523
Total	24.760.178	13.994.837

(i) Referem-se basicamente a valores a pagar, relativos a transações com cartão.

(ii) A rubrica representa, basicamente, operações de vendas de títulos emitidos por governos de outros países, a serem liquidadas nos prazos regulamentares.

21. Obrigações sociais e estatutárias

	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos e bonificações a pagar	2.319.095	1.761.724
Participações nos lucros / Gratificações de funcionários	3.624.451	2.962.191
Total	5.943.546	4.723.915
Circulante	5.943.546	4.723.915
Não Circulante	-	-

22. Provisões e passivos contingentes

A Administração do Banco avalia as obrigações das empresas do Grupo BTG Pactual e constitui provisão sempre que considerar como provável a saída de recursos para quitar as obrigações presentes (legais ou não formalizadas) de prazos ou de valores incertos. No julgamento da Administração para determinar a expectativa de perdas são levadas em consideração, inclusive, as interpretações de seus assessores jurídicos externos.

a. Provisões

i. Tributárias

As provisões para processos fiscais e previdenciários são decorrentes de processos judiciais e administrativos relacionados à tributos federais, estaduais e municipais. Sua constituição é baseada na probabilidade de saída de recursos para pagamento das obrigações, considerando também a opinião de consultores jurídicos externos e a instância em que se encontra cada um dos processos, além do histórico de julgamentos nas instâncias superiores.

ii. Cíveis

Nas ações cíveis com potencial de perda (danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios), os valores das contingências são provisionados com base na probabilidade de saída de recursos para o pagamento, tendo o parecer de consultores jurídicos externos como uma das fontes para a estimativa.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

iii. Trabalhistas

São compostas por demandas judiciais de ex-colaboradores, constituídas principalmente por pedidos de horas extras e de equiparação salarial. Os valores das provisões são estimados de acordo com análise do valor potencial de perda, considerando, entre outros, o estágio do processo e pareceres de consultores jurídicos externos.

b. Composição e movimentação das provisões

As provisões constituídas no início e no fim do período e as respectivas movimentações podem ser assim demonstradas em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025					
	Tributária		Cível (i)		Trabalhista	Total
	Obrigações Legais	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total			
Saldo no início do exercício	1.423.635	2.769.751	4.193.386	2.786.592	125.781	7.105.759
Incorporação de saldo (iii)	38.893	41.325	80.218	6.745	5.536	92.499
Constituição / (Reversão) (ii) / (iv)	240.377	242.712	483.089	814.143	133.721	1.430.953
(Baixa)	(20.060)	-	(20.060)	(632.806)	(69.316)	(722.182)
Saldo no final do exercício	1.682.845	3.053.788	4.736.633	2.974.674	195.722	7.907.029

- (i) Considera em 31 de dezembro de 2025, provisão para outros riscos não litigiosos no montante de R\$ 764.573. Deste montante, R\$ 2.404 decorrem de constituições/reversões.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a rubrica contempla R\$ 534.670 referentes a provisões registradas em contrapartida da respectiva linha do tributo.
- (iii) Saldos decorrentes substancialmente da combinação de negócios da Julius Baer.
- (iv) Considera em 31 de dezembro de 2025, reembolsos relativos às contingências cíveis no montante de R\$ 56.083.

i. Tributos com exigibilidade suspensa e outros passivos tributários

O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade de alguns impostos e contribuições, inclusive autos de infração fiscal, os valores das obrigações presentes (legais ou não formalizadas) considerados com base inclusive em interpretações de assessores jurídicos externos como provável saída de recursos estão provisionados nos montantes que a Administração considera adequados para cobrir perdas futuras. Entre as referidas discussões judiciais, destacamos o processo que envolve a legalidade da cobrança da COFINS em conformidade com as regras estabelecidas na Lei no 9.718/1998, bem como os seguintes processos judiciais abaixo, cuja provisão foi constituída em dezembro de 2025:

- Em dezembro de 2015, foi recebido auto de infração, referente aos anos de 2010 e 2011, em que autoridade fiscal considerou indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS, realizada em 2006, bem como na recompra do Banco pelo BTG, em 2009. Em dezembro de 2023, o CARF manteve parcialmente a referida autuação no montante de R\$ 127 milhões. Atualmente, a discussão encontra-se no judiciário, e aguarda julgamento na segunda instância.
- Em dezembro de 2017, foi recebido auto de infração, referente a 2012, em que foi considerado indevido o aproveitamento do ágio gerado nas operações de aquisição do Banco pelo UBS realizada em 2006, o ágio referente à recompra do Banco pelo BTG em 2009 e o ágio gerado na subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince (“Ágio Copa”) em 2011. Em março de 2024, foi julgado favorável os ágios decorrentes das operações de aquisição do Banco pelo UBS em 2006 e da subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince (“Ágio Copa”) em 2011. Relativamente ao ágio gerado na recompra do Banco pelo BTG em 2009, o débito foi pago, com base em decisão unicamente financeira, com as benesses

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

da Lei nº 14.689/23 e utilização de prejuízos fiscais. Atualmente, remanesce no judiciário a discussão acerca da glosa do prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 509 milhões.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco figurava como parte em processos tributários com probabilidade de êxito possível, os quais não estão provisionados, de acordo com as normas contábeis vigentes (IAS 37). A seguir, consta a descrição dos processos relevantes.

- Processos relativos ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), em que se discute suposta incidência de contribuição previdenciária e a sua dedutibilidade da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O valor envolvido é de R\$ 497 milhões. Parte desse valor conta com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores. Em junho de 2025, houve a adesão à Transação Tributária prevista no Edital nº 27/2024, programa que permitiu o pagamento com desconto de 65% e a utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.
- Processo relativo à desmutualização e ao IPO da Bovespa e da BM&F, em que se discute a tributação de PIS e Cofins sobre receitas auferidas na alienação das ações das referidas sociedades. O valor envolvido é de R\$ 60 milhões e conta também com garantia por cláusula de indenização, uma vez que se refere ao período anterior à aquisição do Banco pelos atuais controladores.
- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração em que se discute uma suposta insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS e impõe multa isolada, referente a 2012, no valor de R\$ 251 milhões. Em outubro de 2024, a segunda instância administrativa proferiu decisão parcialmente favorável ao Banco, reduzindo o débito para R\$ 134 milhões aguarda julgamento na segunda instância.
- Em dezembro de 2017, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de Imposto de Renda sobre o suposto ganho de capital na incorporação de sociedades, ocasião em que a One Properties foi incorporada pela BR Properties, no valor de R\$ 1.539 milhões. Em outubro de 2025, foi proferida decisão de segunda instância desfavorável. Contra essa decisão, foi interposto Embargos de Declaração, que aguardam julgamento.
- Em dezembro de 2018, foi recebido um auto de infração no valor de R\$ 629 milhões, referente a 2013, que discute o ágio gerado nas operações de recompra do Banco pelo BTG em 2009 e de subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince (“Ágio Copa”) em 2011. Foi apresentada defesa contra essa autuação que aguarda decisão de segunda instância administrativa. Por fim, em fevereiro de 2019, foi recebido auto de infração no valor de R\$ 379 milhões, referente a 2014, do aproveitamento de ágio gerado nas operações de recompra do Banco pelo BTG em 2009 e de subscrição privada de ações realizada por investidores através da Companhia Copa Prince (“Ágio Copa”) em 2011. Contra essa atuação foi apresentada defesa, que aguarda julgamento na segunda instância administrativa.
- Em dezembro de 2018, a BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda (“Gestora”), controlada indireta do Banco, recebeu auto de infração totalizando o valor de R\$ 133 milhões, referente aos anos de 2013 e 2014, acerca do ágio amortizado gerado na aquisição da BFRE em 2012. Em setembro de 2025, foi proferida decisão de segunda instância parcialmente favorável. Contra essa decisão, foi interposto Embargos de Declaração, que aguardam julgamento.
- Em setembro de 2019, na condição de responsável solidário do Banco Sistema S/A (“Banco Sistema”), o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, totalizando R\$

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

4.443 milhões, referente à aquisição do Banco Bamerindus do Brasil (atual Banco Sistema) em 2014. Em outubro de 2019, foi apresentada defesa em primeira instância administrativa que, em abril de 2020, foi julgada parcialmente procedente, reduzindo em 98% o valor da autuação. Contra a parte desfavorável da decisão, foi interposto recurso para a segunda instância administrativa. Em maio de 2024, o CARF julgou parcialmente procedente a autuação fiscal, sendo a parcela favorável definitiva. Aguarda julgamento do Recurso Especial. Atualmente, o saldo remanescente discutido é de R\$ 81 milhões. Em caso de decisão desfavorável definitiva haverá reflexos no saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL utilizados para pagamento do PERT, em 2017, no montante de R\$ 1.499 milhões. Em razão do prognóstico atribuído pelos advogados, o Banco não constituiu qualquer provisão em suas demonstrações financeiras individuais. Além disso, a Administração não espera incorrer em qualquer perda relacionada ao tema.

- Em março de 2020, o Banco recebeu auto de infração que visa à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS sobre o ganho de capital na venda das ações da Rede D'or, em 2015, no valor de R\$ 824 milhões. Em setembro de 2024, foi proferida decisão desfavorável em segunda instância administrativa. Contra essa decisão, foi interposto recurso especial, ao qual foi negado seguimento em agosto de 2025. A discussão seguirá na esfera judicial.
- Em julho de 2021, na condição de responsável solidário, o Banco recebeu auto de infração de IRRF supostamente devido sobre os rendimentos distribuídos a cotistas de fundo de investimento, no valor de R\$ 496 milhões. Contra a autuação, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.
- Em 2023, na condição de responsável solidário por Fundo de Investimento Imobiliário - FIIs, a BTG Pactual Serviços Financeiros S/A ("PSF") recebeu autos de infração que visam à cobrança de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS e multas por descumprimento de obrigação acessória, totalizando R\$ 914 milhões, referente ao enquadramento dos fundos como pessoa jurídica, nos moldes da Lei 9.779/99. Contra as autuações foram apresentadas defesas. Em razão do prognóstico atribuído pelos advogados, a PSF não constituiu qualquer provisão em suas demonstrações financeiras individuais.
- Em julho de 2023, a Sertrading (ex-ECTP) recebeu auto de infração de multa aduaneira no valor de R\$ 144 milhões. Contra essa infração, foi apresentado recurso que aguarda julgamento.
- A Sertrading recebeu autos de infração da Secretaria da Receita Federal, no montante de R\$164 milhões, por não concordar com a classificação fiscal (NCM) utilizada no processo de desembaraço de mercadorias. Também discute, no montante de 70 milhões, a diferença de tributos por conta do certificado de origem e há discussões de PIS e COFINS, no montante de 68 milhões, sobre a importação de produtos devido a questionamento do fisco federal relacionado a descrição da mercadoria. Contra essas infrações, foram apresentados recursos que aguardam julgamento. Processos sem risco para a Companhia, respaldado por contrato com terceiros.
- O Banco possui processos administrativos que discutem o aproveitamento do imposto pago no exterior no valor de R\$ 501 milhões. Contra os referidos processos, foi apresentado recurso administrativo que aguarda julgamento.
- Em novembro de 2024, o Banco teve ciência do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica, no valor de R\$ 98 milhões, referente ao passivo tributário da Pharma S/A ("BR Pharma"). Foi apresentada contestação, que ainda aguarda julgamento. Com base no prognóstico dos advogados,

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

o Banco não realizou qualquer provisão em suas demonstrações financeiras individuais. Ademais, a Administração não espera incorrer em qualquer perda relacionada ao tema.

- IRPJ/CSLL – Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito e outras despesas operacionais, referente aos anos calendários de 2007 a 2017. Em dezembro de 2025, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 782 milhões.
- IRPJ/CSLL – Dedutibilidade dos ágios pagos na aquisição de participações societárias amortizados nos anos calendário 2015 a 2017. Em dezembro de 2025, o valor relacionado a esses processos no Banco Pan totaliza aproximadamente R\$ 30 milhões.
- PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de Swap da base de cálculo, referente ao ano calendário de 2010. Em dezembro de 2025, o valor relacionado a esse processo no Banco Pan totaliza aproximadamente R\$ 6 milhões.
- PIS/COFINS – Dedutibilidade de despesas de comissões pagos aos correspondentes bancários e de perdas em venda ou transferência de ativos financeiros, referente aos anos calendários de 2017 e 2019. Em dezembro de 2025, o valor relacionado a esse processo no Banco Pan totaliza aproximadamente R\$ 426,8 milhões.
- INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) dos anos calendários de 2012, 2013, 2017 e 2020. Em setembro de 2025, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 43 milhões. Em junho de 2025, houve a adesão à Transação Tributária prevista no Edital nº 27/2024. programa que permitiu o pagamento com desconto de 65% e a utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.
- Compensações não homologadas - Indeferimento de pedidos de compensações decorrentes de pagamentos a maior ou indevidos. Em dezembro de 2025, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 77,2 milhões.
- Demais discussões pulverizadas na carteira e classificadas com prognóstico de perda possível - Trata-se de débitos oriundos de cobranças de IPVA, Multas de Trânsito, ISS, IPTU, Taxas ITBI, dentre outros. Em dezembro de 2025, os valores relacionados a esses processos no Banco Pan totalizam aproximadamente R\$ 73,2 milhões.

ii. Demais contingências (cíveis, trabalhistas e outros)

- Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo BTG figurava como parte em processos cíveis com probabilidade de êxito possível, razão pela qual não estão provisionados na contabilidade. O saldo dos processos cíveis classificados como possível totalizou R\$ 4.153.992.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS
Banco BTG Pactual S.A.

23. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro com o produto da alíquota fiscal sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como se segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	31/12/2025	31/12/2024
Base de cálculo	18.623.174	13.084.844
Encargo total de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(8.380.428)	(5.888.180)
(Inclusões)/Exclusões temporárias no cálculo da tributação	3.203.278	3.962.071
Resultado da equivalência patrimonial de coligadas no país	376.017	(161.299)
Ganho/(Perda) cambial sobre investimentos no exterior	840	169.751
Juros sobre capital próprio	2.742.901	1.355.055
Dividendos	123.539	383.012
Resultado da avaliação a mercado de títulos e instrumentos financeiros derivativos	(995.139)	355.256
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(912.321)	56.411
Remensuração de participação acionária (Aquisição em estágios)	(289.150)	(289.150)
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	2.156.591	2.093.035
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente - Brasil	(5.177.150)	(1.926.109)
(Despesa) / receita de tributos diferidos	2.549.273	183.482
Total de (despesa) / receita	(2.627.877)	(1.742.627)

A movimentação dos ativos fiscais diferidos, referente ao imposto de renda e contribuição social, apresentados na rubrica "Ativos Fiscais - Diferidos", podem ser assim demonstrados:

Imposto de renda e contribuição social	31/12/2024 (*)	Constituição	Realização	31/12/2025
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	1.346.878	-	(154.920)	1.191.958
Juros sobre capital próprio	254.250	-	(254.250)	-
Outras diferenças temporárias	2.649.092	1.462.920	-	4.112.012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.000.051	564.082	-	4.564.133
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	830.847	354.919	-	1.185.766
Combinação de negócios	(2.257.416)	289.150	-	(1.968.266)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	320.612	50.349	-	370.961
Total	7.144.313	2.721.420	(409.170)	9.456.564
Imposto de renda e contribuição social	31/12/2023	Constituição	Realização	31/12/2024 (*)
Prejuízos fiscais de IR e base negativa de CSLL	1.437.601	159.326	(250.049)	1.346.878
Juros sobre capital próprio	254.250	371.760	(371.760)	254.250
Outras diferenças temporárias	2.121.334	527.758	-	2.649.092
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.004.764	-	(4.713)	4.000.051
Ajuste a valor de mercado de títulos e derivativos	(100.178)	931.025	-	830.847
Combinação de negócios	(2.546.566)	289.150	-	(2.257.416)
Contingências fiscais e provisões para tributos com exigibilidade suspensa	310.183	10.428	-	320.612
Total	5.481.388	2.289.447	(626.522)	7.144.313

* Vide nota 3f

A rubrica Ativos fiscais diferidos possui créditos tributários, que se referem a PIS e COFINS diferidos no montante R\$ 150.873 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 142.105).

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

A seguir, é apresentada a composição do valor presente dos créditos tributários, tendo em conta a expectativa para a realização dos ativos fiscais diferidos:

Descrição	Créditos tributários sobre diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa contribuição social	Total (ii)
2026	451.528	71.517	523.045
2027	1.103.547	154.954	1.258.501
2028	1.103.547	214.552	1.318.099
2029	1.103.547	190.713	1.294.260
2030	1.474.508	274.150	1.748.658
A partir de 2031 (i)	3.027.930	286.071	3.314.001
Total	8.264.607	1.191.957	9.456.564
Valor presente	4.691.683	729.393	5.421.076

(i) A abertura refere-se ao período de 2031 a 2035.

(ii) Banco Pan S.A., empresa controlada e consolidada nas demonstrações financeiras consolidadas, possui um saldo de crédito tributário de R\$ 4,2 bilhões, reconhecidos com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado por sua Administração.

24. Patrimônio líquido

a. Capital social e reservas de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.670.063.466 ações (31 de dezembro de 2024 – 11.506.119.928), sendo 7.298.813.414 ações ordinárias (31 de dezembro de 2024 – 7.244.165.568), 2.973.824.692 ações preferenciais classe A (31 de dezembro de 2024 – 2.864.529.000) e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B (31 de dezembro de 2024 – 1.397.425.360), todas nominativas e sem valor nominal.

As ações ordinárias propiciam aos respectivos detentores o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral do Banco e participarão, em igualdade de condições com as ações preferenciais Classe A e as ações preferenciais Classe B, na distribuição dos lucros.

Os titulares das ações preferenciais Classe A e B têm direito a voto restrito, mas terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e participarão, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de lucros.

As ações preferenciais Classe A conferem aos respectivos detentores o direito de serem incluídos em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante.

As ações preferenciais Classe B serão conversíveis em ações ordinárias, mediante simples pedido por escrito de seu titular ou do Banco, sem a necessidade de deliberação e de reunião de conselho ou de acionistas, desde que (i) tal conversão ocorra por ocasião da emissão de novas ações pelo Banco, dentro ou não do limite do capital autorizado (salvo se o acionista que a converter seja a BTG Pactual Holding S.A.) (ii) após a conversão, a BTG Pactual Holding S.A. (ou a sociedade que venha a lhe suceder a qualquer título, inclusive por força de incorporação, fusão, cisão ou outro tipo de reorganização societária) continue detendo, direta ou indiretamente, mais de 50% das ações ordinárias de emissão do Banco e (iii) seja sempre observado o acordo de acionistas do Banco. Essas ações serão conversíveis em ações preferenciais Classe A, a pedido de seu titular, e desde que (i) o Banco seja uma companhia aberta com suas ações listadas em bolsa de valores e (ii) seja sempre observado o Acordo de Acionistas do Banco. As ações preferenciais Classe B têm direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição em decorrência de eventual alienação de controle do Banco, ao mesmo preço e às mesmas condições.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Segue abaixo composição das ações:

	Preferenciais			Total
	Ordinária	Classe A	Classe B	
Em circulação em 31 de dezembro de 2025	7.298.813.414	2.973.824.692	1.397.425.360	11.670.063.466
Em circulação em 31 de dezembro de 2024	7.244.165.568	2.864.529.000	1.397.425.360	11.506.119.928

b. Alterações estatutárias

Em 9 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou, com base no Laudo de Avaliação das Ações do Banco Sistema, a incorporação de ações do Banco Sistema, com a consequente incorporação ao patrimônio do Banco BTG Pactual S.A. do montante de R\$ 1.647.017, dos quais R\$ 164.702 foram destinados ao capital social e R\$ 1.482.315 à reserva de capital. Em decorrência da aprovação da incorporação de ações do Banco Sistema, a quantidade total de ações de emissão da Companhia passou a ser de 11.667.859.309 ações, sendo 7.298.078.695 ações ordinárias, 2.972.355.254 ações preferenciais classe A e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B, todas escriturais e sem valor nominal, ressalvados eventuais ajustes na relação de troca aplicável à operação com o Banco Sistema.

Em 22 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social do Banco no montante de R\$ 46.411.104, mediante a capitalização do saldo de reservas de lucros, sem emissão de novas ações e sem alteração da quantidade de ações de emissão da Companhia.

Em 12 de janeiro de 2026, em decorrência do ajuste na relação de troca referente à operação com o Banco PAN, foram emitidas 54.647.846 Units, representativas de 54.647.846 ações ordinárias e 109.295.692 ações preferenciais classe A, a serem entregues aos acionistas originários do Banco PAN. Em função dessa emissão, o capital social do Banco BTG Pactual S.A. passou a ser dividido em 11.670.063.466 ações, sendo 7.298.813.414 ações ordinárias, 2.973.824.692 ações preferenciais classe A e 1.397.425.360 ações preferenciais classe B, todas escriturais e sem valor nominal.

c. Ações em tesouraria

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Banco não realizou recompra de ações em tesouraria vinculadas ao programa vigente.

d. Reserva legal

Constituída semestralmente à alíquota de 5% do lucro líquido, apurado de acordo com a legislação societária brasileira antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

e. Reserva estatutária

De acordo com o Estatuto, essa reserva tem por finalidade a manutenção de capital de giro, e o seu montante está limitado ao saldo do capital social.

f. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função do resultado não distribuído apurado em agência no exterior.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

g. Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a distribuição mínima de 1% do lucro líquido estatutário do exercício apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BRGAAP) ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2024, o Banco deliberou o seguinte montante referente a juros sobre capital próprio:

(i) R\$ 1.550.000, equivalente a R\$0,13 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2024 e foram pagos em 15 de agosto de 2024.

(ii) R\$ 1.154.818, equivalente a R\$0,10 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2024, e foram pagos em 14 de fevereiro de 2025.

(iii) R\$ 565.000, equivalente a R\$0,04 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2024, e foram pagos em 14 de fevereiro de 2025.

Em 2025, o Banco deliberou o seguinte montante referente a juros sobre capital próprio:

(i) R\$ 2.300.000, equivalente a R\$ 0,20 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2025, e foram pagos em 15 de agosto de 2025.

(ii) R\$ 1.884.999, equivalente a R\$ 0,16 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2025, e serão pagos em 13 de fevereiro de 2026.

(iii) R\$ 565.000, equivalente a R\$ 0,04 por ação. O referido valor e a respectiva destinação foram aprovados pelo Conselho de Administração em 22 de dezembro de 2025, e serão pagos em 13 de fevereiro de 2026.

25. Lucro por ação

	31/12/2025	31/12/2024 (*)
Lucro líquido do período	16.663.803	11.080.445
Média ponderada por lote de mil ações ordinárias em aberto no período	7.244.313	7.244.166
Média ponderada por lote de mil ações ordinárias em tesouraria	27.470	24.398
Lucro líquido por ação ordinária - básico	2,30	1,53
Lucro líquido por ação ordinária - diluído	2,30	1,53
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe A em aberto no período	2.864.824	2.864.529
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe A em tesouraria	54.939	48.796
Lucro líquido por ação preferencial classe A - básico	5,82	3,86
Lucro líquido por ação preferencial classe A - diluído	5,82	3,86
Média ponderada por lote de mil ações preferenciais classe B em aberto no período	1.397.425	1.397.425
Lucro líquido por ação preferencial classe B - básico e diluído	11,92	7,92
Média ponderada por lote de mil ações em aberto no período	11.506.563	11.506.120
Média ponderada por lote de mil ações em tesouraria	82.409	73.194
Lucro líquido por ação - Básico	1,45	0,96
Lucro líquido por ação - Diluído	1,45	0,96

(*) vide nota 3f

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

As distribuições de lucros são apuradas e realizadas, conforme mencionado na nota 23-F, com base no lucro líquido apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BRGAAP, ajustado nos termos do artigo 202 da lei nº 6.404/76.

26. Resultado líquido com instrumentos financeiros

	31/12/2025	31/12/2024
Operações de Crédito	39.892.178	31.498.257
Resultado de aplicações compulsórias no Banco Central do Brasil	4.149.615	2.110.116
Captação no mercado	(20.258.796)	(13.908.459)
Depósitos	(15.208.086)	(11.326.668)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(15.328.702)	(8.721.835)
Empréstimos, repasses e passivos de arrendamentos	(13.871.121)	(8.406.027)
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e derivativos	55.171.832	33.798.098
Total	34.546.920	25.043.482

27. Receita de prestação de serviços

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de administração e prêmio de performance de fundos e carteiras de investimentos	3.758.938	3.087.360
Assessoria técnica	1.914.228	1.830.283
Corretagem e comissão de títulos	3.045.494	2.937.628
Rendas de garantias prestadas	755.095	720.259
Receitas com serviços prestados a pessoas físicas e outros serviços (i)	3.632.668	2.886.339
Total	13.106.423	11.461.869

(i) Refere-se, substancialmente, a serviços prestados pelo Banco Pan, englobando receita de cartão de crédito, taxas e tarifas de conta corrente.

28. Outras receitas / (despesas)

	31/12/2025	31/12/2024
Atualização de valores a receber/pagar por venda de bens e direitos	(77.011)	95.467
Atualização monetária de depósitos judiciais e outros	310.760	174.155
Despesas com descontos concedidos	(594.884)	(876.529)
Despesas com operações de crédito cedidas	(1.117.289)	(917.281)
Outros resultados operacionais	3.708.369	873.376
Total	2.229.945	(650.812)

29. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros e consultorias	3.928.193	3.897.186
Telecomunicações e processamento de dados	1.797.974	1.621.171
Locações e condomínios	295.790	278.936
Despesas do sistema financeiro	1.373.438	1.090.021
Propaganda e relações públicas	686.479	600.948
Depreciações e amortizações	1.050.132	653.031
Comissões pagas a correspondentes bancários	337.555	1.407.925
Outros	1.381.918	2.078.960
Total	10.851.479	11.628.178

30. Partes relacionadas

As instituições integrantes do Grupo BTG Pactual investem suas disponibilidades, primordialmente, em produtos de captação do Banco.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

Os saldos das operações com partes relacionadas, inclusive operações de crédito, as quais são realizadas com base em taxas e em condições usuais de mercado, bem como em conformidade com os limites regulamentares, estão refletidos nas seguintes rubricas:

Consolidado	Prazo	Taxa	Ativos / (Passivos)			
			Controladores (i)	Controladas	Coligadas	Outras Partes Relacionadas (ii)
On-balance						
Instrumentos financeiros derivativos - ativo	01/01/2026 até 28/10/2041	Ações x CDI + Pré Ações x SOFR + Pré Moedas CDI x IPCA	-	-	-	15.786
Instrumentos financeiros derivativos - passivo	01/01/2026 até 28/10/2041	Ações x CDI + Pré Ações x SOFR + Pré Moedas CDI x IPCA	-	-	-	(1.616.734)
Operações de crédito	01/01/2026 até 23/10/2045	IPCA 4.5% até 8.45% CDI + 1.5% até 4% a.a. SOFR + 2.36% a.a.	10.608	-	119.599	267.992
Outros ativos	Sem prazo	- CDI.	3.743	-	-	4.436
Depósitos	01/01/2026 até 09/12/2035	SOFR IPCA + 4.87% até 10.2% a.a.	(1)	-	-	(474.383)
Captações no mercado aberto	01/01/2026 até 10/10/2050	Pré 0.3% até 14.9% IPCA + 0% até 14.9% CDI	(56.064)	-	-	(2.148)
Recursos de aceites e emissão de títulos	01/01/2026 até 12/07/2049	Pré 6.5% até 15.97% CDI	(502.408)	-	-	-
Off-balance						
Garantias prestadas e limites	31/07/2028	-	1.616.340	-	-	3.296

Consolidado	Receitas / (Despesas)			
	Controladores (i)	Controladas	Coligadas	Outras Partes Relacionadas (ii)
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	272.506
Operações de crédito	824	-	22.693	69.808
Operações de captação no mercado	(156.356)	-	-	(12.809)

- (i) Controladores (pessoas jurídicas e pessoas físicas)
(ii) Pessoal chave e ligadas indiretas

As operações com partes relacionadas, inclusive operações de crédito, foram realizadas com base em taxas e em condições usuais de mercado.

Conforme divulgação no site de relações com investidores do Banco em 23 de dezembro de 2022 e em 08 de setembro de 2023, foram realizadas pelo Banco, aquisições de carteiras de crédito do Banco Pan S.A. ("Pan"), empresa controlada e consolidada nestas demonstrações financeiras. As transações são consideradas "neutras" para o BTG, visto que as operações de crédito cedidas pelo Pan já constavam das demonstrações financeiras consolidadas e, por isso, não afetam a posição patrimonial e o resultado do controlador.

Em 27 de dezembro de 2024, o Banco realizou a aquisição de determinados ativos e passivos detidos pela BTGI Stigma LLC ("Stigma") e pelo Fundo de Investimento em Participações Turquesa ("FIP Turquesa"), empresas afiliadas à PPLA Investments L.P. (PPLA). O Banco e a PPLA possuem controladores indiretos comuns. O Banco já é investidor em parte dos ativos objeto da compra e venda, por essa razão está familiarizado com tais ativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve a conclusão da transação após a superação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias.

A remuneração total paga ao pessoal chave da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 20.106, a qual é considerada benefício de curto prazo.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

31. Outras informações

a. Caixa e equivalente de caixa

Saldos no início do período	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4.709.224	2.439.095
Aplicações no mercado aberto	92.059.243	64.775.654
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.852.300	5.664.079
Total	102.620.767	72.878.828
Saldos no final do período	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	5.815.072	4.709.224
Aplicações no mercado aberto	71.716.433	92.059.243
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.739.482	5.852.300
Total	89.270.987	102.620.767

b. Comparação entre as práticas contábeis do BRGAAP e IFRS

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.818/20, apresentamos a seguir as principais diferenças entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BRGAAP (que é a base contábil para fins de apuração fiscal, bem como para distribuição de lucros aos acionistas), e as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS).

Combinação de negócios

O ágio adquirido em combinações de negócios é resultante da diferença entre a contraprestação e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Esse ágio é amortizado ao longo do prazo previsto para a realização dos benefícios econômicos futuros que fundamentaram seu reconhecimento no BRGAAP. Por outro lado, de acordo com as IFRS, o ágio não é amortizado, mas é testado, no mínimo anualmente, para identificar possíveis impairment. Em relação à aquisição em etapas (step acquisition), até o exercício de 2022, o BRGAAP não exigia a mensuração do valor justo da participação anteriormente detida antes da aquisição de controle. Já no IFRS, os efeitos das remensurações impactavam a demonstração do resultado, com o valor correspondente sendo alocado à reserva de lucros. Essa diferença de tratamento contábil até 2022 resulta em uma diferença nos patrimônios entre os GAAPs.

Variação cambial de investimentos no exterior

Até o exercício de 2016, no BRGAAP, as variações cambiais dos investimentos no exterior eram contabilizadas como resultado do período, enquanto nas IFRS esses efeitos eram sempre registrados no Patrimônio Líquido como Outros Resultados Abrangentes quando a moeda funcional da investida era diferente da moeda funcional do investidor. A partir de 2017, houve a convergência nesse tratamento contábil em ambas as práticas, e desde então as movimentações não apresentam diferenças. No entanto, considerando a divergência de conceitos entre as práticas até 2017, existe uma diferença, proveniente de exercícios anteriores, na rubrica de outros resultados abrangentes entre os GAAPs.

Efeitos tributários

Com base nos itens mencionados anteriormente e considerando que a base tributária do Banco é apurada de acordo com a contabilidade conforme o BRGAAP, são apurados e contabilizados efeitos de impostos diferidos relacionados a essas diferenças de GAAP nestas demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS

Banco BTG Pactual S.A.

c. Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

Abaixo está demonstrada a reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o BRGAAP e as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS):

NE Conciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024 (*)	31/12/2025	31/12/2024 (*)
Atribuível ao controlador em BRGAAP	15.947.054	11.789.387	69.969.624	57.466.518
Operação de Crédito e Demais Ativos Financeiros (a)	259.536	(503.422)	416.240	(809.616)
Ajuste ao Valor Justo de Ativos Financeiros (b)	-	(1.020.473)	(4.286)	88.003
Combinações de Negócios e reorganizações societárias (c)	366.049	106.339	4.705.594	4.163.671
Efeitos tributários	(595.770)	391.765	(1.984.507)	(1.315.324)
Outros	29.095	(29.130)	250.357	66.389
Atribuível ao controlador em IFRS	16.005.964	10.734.466	73.353.022	59.659.641

(*) vide nota 3f

(a) Com a adoção do IFRS 9 no início do exercício de 2025, o modelo de perda incorrida (IAS 39) foi substituído pelo de perda esperada, incorporando informações prospectivas à época. Até dezembro de 2024, conforme a Resolução Bacen nº 2682/99, as provisões para perdas no BRGAAP eram calculadas mensalmente com percentuais mínimos variando de 0% (nível AA) a 100% (nível H), sendo permitido às instituições constituírem provisões adicionais. Embora ambos os modelos usem o conceito de perda esperada, o IFRS 9 considera inadimplência, mudanças significativas no risco de crédito e cenários econômicos projetados, classificando as operações em três estágios: Estágio 1 – Operações em situação normal; Estágio 2 – Operações com aumento significativo no risco de crédito; e Estágio 3 – Operações em inadimplência. As operações podem transitar entre os estágios, dependendo de melhorias ou agravamentos no nível de risco de crédito associado à operação.

(b) No BRGAAP, as ações e cotas foram mensuradas a valor justo e seus ganhos e perdas registradas diretamente no Resultado. Adicionalmente, houve alteração no modelo de classificação e mensuração desses ativos financeiros, ato permitido devido às novas categorias introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966 em convergência com o IFRS 9 no início do exercício de 2025.

(c) De acordo com as práticas contábeis vigentes nas instituições financeiras no Brasil até o ano de 2022, o ágio ou deságio na aquisição de controle era definido como a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido contábil das ações, sendo o ágio por expectativa de rentabilidade futura amortizado. Conforme a IFRS 3, o *goodwill* é a diferença positiva entre o custo da aquisição e a proporção adquirida do valor justo dos ativos e passivos, não sujeito à amortização, mas submetido a testes anuais de imparidade. Os ajustes em “Combinações de Negócios” abrangem a reversão da amortização do ágio, a amortização de ajustes ao valor justo de ativos e passivos, de intangíveis de vida útil definida e o tratamento do deságio, conforme a IFRS 3.

32. Eventos subsequentes

Senior Notes

Em 27 de janeiro de 2026, o BTG Pactual emitiu Senior Notes (“Notas”), por meio de sua filial em Cayman Islands, no âmbito do *Global Medium Term Note Programme* cujos recursos líquidos serão utilizados no curso normal de negócios do Banco. A emissão das Notas foi no montante global nominal de US\$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de dólares) à taxa fixa de 5,50% ao ano, com data de vencimento em 27 de janeiro de 2031. Os juros das Notas serão pagos semestralmente a partir de 27 de julho de 2027. As Notas serão listadas no *Official List* da Luxembourg Stock Exchange.

Letras Financeiras Subordinadas

Em janeiro de 2026, o BTG Pactual emitiu Letras Financeiras Subordinadas (“Letras Subordinadas”) no montante nominal agregado de R\$ 2.937.000, classificadas como Capital Nível II. As Letras Subordinadas possuem vencimento em 2036 e são remuneradas a taxa flutuante de CDI + 0,80% ao ano.

BANCO BTG PACTUAL S.A.
CNPJ/MF 30.306.294/0001-45 NIRE
33.300.000.402

**ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA
REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2026**

1. Data, Hora e Local: Aos 14 dias do mês de novembro de 2025, às 11 horas, na sede social do Banco BTG Pactual S.A., localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º e 6º andares, Torre Corcovado, Botafogo, CEP: 22.250-040 (“Banco BTG Pactual” ou “Companhia”).

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia.

3. Composição da Mesa: Presidiu os trabalhos o Sr. Roberto Balls Sallouti, que convidou a mim, Fernanda Jorge Stallone Palmeiro, para secretariá-lo.

4. Ordem do dia e Deliberações: Por deliberação tomada pela unanimidade dos membros da Diretoria, no gozo de seus amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, a ela atribuídos por meio do Estatuto Social da Companhia, resolvem, nos termos dos incisos V e VI, parágrafo 1º, artigo 27, da Resolução nº 80, editada pela Comissão de Valores Mobiliários em 30 de março de 2022:

4.1. Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base de 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board – IASB*, atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

4.2. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BTG Pactual S.A., relativas à data base de 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board – IASB*, atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

5. Encerramento e Assinatura: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se ata que se refere a esta Reunião, que foi aprovada pela unanimidade dos Diretores-Executivos da Sociedade, os Srs. André Fernandes Lopes Dias, Antonio Carlos Canto Porto Filho, Alexandre Camara e Silva, Guilherme da Costa Paes, Iuri Rapoport, Marcelo Flora Sales, Mariana Botelho Ramalho Cardoso, Oswaldo de Assis Filho, Bruno Duque Horta Nogueira, Renato Hermann Cohn, Renato Monteiro dos Santos, Roberto Balls Sallouti, Christian Flemming e Rogério Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2026.

Atesto que esta é cópia fiel extraída do original, lavrada e arquivada em livro próprio.

Fernanda Jorge Stallone Palmeiro
Secretária